



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA,  
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**LINHA DE PESQUISA I: CONFLITOS, CRIME, VIOLÊNCIA E DIREITOS  
HUMANOS**

**OPERAÇÃO ACOLHIDA: SEU EMPREGO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE  
AJUDA HUMANITÁRIA AOS MIGRANTES VENEZUELANOS**

**RAUL LUIZ DE BARROS LAND**

Dissertação/Produto Final

BOA VISTA/RR

2023

**RAUL LUIZ DE BARROS LAND**

**OPERAÇÃO ACOLHIDA: SEU EMPREGO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AJUDA  
HUMANITÁRIA AOS MIGRANTES VENEZUELANOS**

BOA VISTA/RR  
2023

## TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TCC, TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NO SITE DA UERR

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Roraima – UERR a disponibilizar gratuitamente através do site institucional <https://www.uerr.edu.br/multiteca/>, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

### 1. Identificação do material bibliográfico:

( ) Trabalho de Conclusão de Curso (x) Dissertação ( ) Tese

### 2. Identificação do TCC, Dissertação ou Tese

**Autor:** : Raul Luiz de Barros Land

**E-mail:** land.direito1@gmail.com

#### Agência de Fomento:

**Título:** OPERAÇÃO ACOLHIDA: SEU EMPREGO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AJUDA HUMANITÁRIA AOS MIGRANTES VENEZUELANOS

**Palavras-Chave:** Crise na Venezuela, Força Tarefa Logística Humanitária, Forças Armadas, Operação Acolhida, Ordenamento da Fronteira, Abrigamento, Interiorização.

**Palavras-Chave em outra língua:** Crisis in Venezuela, Task Force de Logística Humanitaria, Fuerzas Armadas, Operación de Bienvenida, Gestión de Fronteras, Refugio, Interiorización

#### Área de Concentração:

**Grau:** Mestrado **Curso de Graduação:** Direito

**Programa de Pós-Graduação:** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania - MPSPDHC

**Orientador(a):** Erick Cavalcanti Linhares Lima

**E-mail:** erick.linhares.rr@gmail.com

#### Co-orientador(a):

**E-mail:**

**Membro da Banca:** Edson Damas da Silveira

**Membro da Banca:** Serguei Aily Franco de Camargo

**Membro da Banca:** Antônio Valdeci Nobles

**Data de Defesa:** 28/08/2023 **Instituição de Defesa:** UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

### DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

**O referido autor:** 1. Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade; 2. Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Estadual de Roraima os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

#### Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização: (x) Total ( ) Parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões: ( ) Capítulos. Especifique. ( ) Outras restrições. Especifique. \_\_\_\_\_

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF e DOC ou DOCX da dissertação, TCC ou tese.

Assinatura do(a) autor(a): \_\_\_\_\_ Data: 28/08/2023.



Documento assinado digitalmente

RAUL LUIZ DE BARROS LAND

Data: 28/08/2023 15:21:22-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**RAUL LUIZ DE BARROS LAND**

**OPERAÇÃO ACOLHIDA: SEU EMPREGO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AJUDA  
HUMANITÁRIA AOS MIGRANTES VENEZUELANOS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima.**

**BOA VISTA/RR  
2023**

**Copyright © 2023 by Raul Luiz de Barros Land**

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR  
Coordenação do Sistema de Bibliotecas  
Multiteca Central  
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho  
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR  
Telefone: (95) 2121.0946  
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L253o	Land, Raul Luiz de Barros. Operação acolhida: seu emprego como política pública de ajuda humanitária aos migrantes venezuelanos / Raul Luiz de Barros Land. – Boa Vista (RR) : UERR, 2023. 77 f. : il. Color ; PDF  Orientador: Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima.  Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Roraima (UERR), Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MPSP).  1. Crise na Venezuela. 2. Força Tarefa Logística Humanitária. 3. Forças Armadas. 4. Operação Acolhida. I. Lima, Erick Cavalcanti Linhares (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR III. Título.  UERR.Dis.Mes.Seg.Pub.2023 CDD - 325.21
-------	--

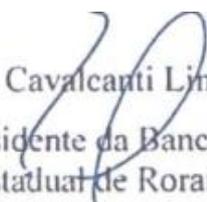
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária  
Letícia Pacheco Silva – CRB 11/1135

**RAUL LUIZ DE BARROS LAND**

**OPERAÇÃO ACOLHIDA: SEU EMPREGO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE  
AJUDA HUMANITÁRIA AOS MIGRANTES VENEZUELANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade Estadual de Roraima, como requisito à obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania.

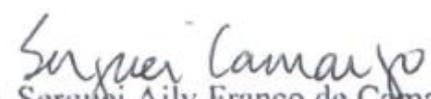
Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 28/08/2023, perante a Banca Examinadora, constituída dos seguintes membros:

  
Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima  
(Presidente da Banca)  
Universidade Estadual de Roraima – UERR

EDSON  
DAMAS DA  
SILVEIRA

Assinado de forma  
digital por EDSON  
DAMAS DA SILVEIRA  
Dados: 2023.10.02  
22:26:36 -04'00'

Prof. Dr. Edson Damas da Silveira  
(Membro Titular)  
Universidade Estadual de Roraima – UERR

  
Prof. Dr. Sergei Aily Franco de Camargo  
(Membro Titular)  
Universidade Estadual de Roraima – UERR

Documento assinado digitalmente

 **ANTONIO VALDECI NOBLES**  
Data: 06/10/2023 14:37:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Valdeci Nobles  
(Membro Titular)  
Faculdade Cathedral

BOA VISTA/RR  
2023

Este trabalho é dedicado primeiramente a Deus que tem me amparado e ajudado todos os dias da minha vida, meu filho Mateus Luiz de Lima Land que sempre está ao meu lado me apoiando em momentos difíceis e principalmente a minha namorada Karine de Alcântara Figueiredo que amo com todo o meu coração por ser aquela que entrou na minha vida para mudá-la definitivamente.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço de coração à orientação precisa recebida do meu orientador e amigo Prof. Dr. Erick Cavalvanti Linhares Lima, a ajuda dos meus colegas da Operação Acolhida e principalmente, do apoio do Exército Brasileiro meu local de trabalho por mais de 30 anos.

## RESUMO

O que tem ocorrido na Venezuela provocou uma série de mudanças na rotina da fronteira entre os dois países. Fugindo das agruras da crise naquele país, em que a opressão, o desabastecimento e a fome assolam sua população, os migrantes venezuelanos se deslocam para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Para controlar a entrada desordenada no Brasil e socorrer aquela população sofrida, o Governo Brasileiro criou o Comitê Especial de Ajuda Humanitária, que instituiu a Operação Acolhida para reduzir os efeitos dessa crise humanitária aos refugiados venezuelanos, bem como para garantir o bem-estar da população brasileira, mais diretamente os habitantes do Estado de Roraima. A Operação Acolhida, na sua vertente militar, é uma Força Tarefa Logística de Ajuda Humanitária que se desenvolve em três eixos, quais sejam o Ordenamento da Fronteira, o Abrigamento e a Interiorização, buscando dar dignidade a essa população tão sofrida, vítimas de um regime autoritário e violento. Neste sentido, para caracterizar os eixos da Operação, serão detalhadas as estruturas montadas para as missões relativas ao Ordenamento da Fronteira, descrevendo suas atividades, o pessoal envolvido, a finalidade de sua missão e, por fim, a situação atual da missão em relação à atuação das Forças Armadas. Da mesma forma, será feita uma abordagem desde o início da Operação, ou seja, desde 2018 até meados de junho de 2023, detalhando as atividades relativas ao Abrigamento abordando, individualmente, cada um dos abrigos e alojamentos de migrantes. Finalizando os capítulos de desenvolvimento, serão detalhadas as atividades relativas à interiorização, onde serão identificados os fluxos, a sistemática de interiorização e as principais áreas de atuação para as Forças Armadas. Concluindo a pesquisa, tem-se como produto sugerir a fase mais adequada para dar prosseguimento à participação das Forças Armadas, com a finalidade de otimizar seus meios, em material e pessoal, para a manutenção da Segurança Nacional, em defesa da Pátria Brasileira.

**Palavras Chave:** Crise na Venezuela, Força Tarefa Logística Humanitária, Forças Armadas, Operação Acolhida, Ordenamento da Fronteira, Abrigamento, Interiorização.

## RESUMEN

Lo ocurrido en Venezuela ha provocado una serie de cambios en la rutina fronteriza entre ambos países. Huyendo de las penurias de la crisis en ese país, donde la opresión, la escasez y el hambre azotan a su población, los migrantes venezolanos se trasladan a Brasil en busca de mejores condiciones de vida. Para controlar el ingreso desordenado a Brasil y ayudar a esa población que sufre, el Gobierno brasileño creó el Comité Especial de Ayuda Humanitaria, que estableció la Operación Acolhida para reducir los efectos de esta crisis humanitaria sobre los refugiados venezolanos, así como para garantizar el bienestar de la población brasileña, más directamente los habitantes del Estado de Roraima. La Operación Acolhida, en su vertiente militar, es un Grupo de Trabajo Logístico de Ayuda Humanitaria que se desarrolla en tres ejes, a saber, Gestión de Fronteras, Alojamiento e Interiorización, buscando dignificar a esta población sufrida, víctima de un régimen autoritario y violento. En este sentido, para caracterizar los ejes de la Operación, se detallarán las estructuras habilitadas para las misiones relacionadas con la Orden de la Frontera, describiendo sus actividades, el personal involucrado, el propósito de su misión y, finalmente, la situación actual de la misión en relación con el desempeño de las Fuerzas Armadas. Asimismo, se hará un abordaje desde el inicio de la Operación, es decir desde 2018 hasta mediados de junio de 2023, detallando las actividades relacionadas con el Albergue, abordando individualmente cada uno de los albergues y alojamientos para personas migrantes. Concluyendo los capítulos de desarrollo, se detallarán las actividades relacionadas con la internalización, donde se identificarán los flujos, la sistemática de la internalización y las principales áreas de acción para las Fuerzas Armadas. Concluyendo la investigación, el producto es sugerir la fase más adecuada para continuar la participación de las Fuerzas Armadas, con el objetivo de optimizar sus medios, materiales y personales, para el mantenimiento de la Seguridad Nacional, en defensa de la Patria Brasileña.

**Palabras clave:** Crisis en Venezuela, Task Force de Logística Humanitaria, Fuerzas Armadas, Operación de Bienvenida, Gestión de Fronteras, Refugio, Interiorización.

## LISTA DE FIGURAS

Figuras 1, 2 e 3	Chegada dos migrantes em Pacaraima em 2018.....	26
Figuras 4, 5, 6 e 7	Chegada dos migrantes em Boa Vista em 2018.....	27
Figura 8	Concepção Geral da Operação.....	30
Figura 9	Estrutura Organizacional da FT Log Hum RR – ano de 2019.....	31
Figura 10	Fluxograma do Ordenamento da Fronteira de 2018 a 2022	33
Figura 11	Vista aérea do PRI.....	34
Figura 12	Vista aérea do P Trg.....	35
Figuras 13 e 14	Vista interna do P Trg.....	36
Figuras 15 e 16	Vista interna do PAA.....	38
Figura 17	Vista aérea do Abrigo Janakoida.....	41
Figura 18	Vista aérea do Alojamento BV-8.....	42
Figuras 19 e 20	Vista aérea e interna do Abrigo Latife Salomão.....	42
Figuras 21 e 22	Vista aérea e interna do Abrigo Pintolândia.....	43
Figura 23	Vista aérea do Abrigo São Vicente II.....	44
Figuras 24 e 25	Vistas do abrigo antes da Op Acolhida.....	45
Figuras 26 e 27	Vista do abrigo depois de iniciada a Operação.....	45
Figuras 28 e 29	Vistas do abrigado durante e depois das obras.....	46
Figuras 30 e 31	Vistas aérea e interna do Abrigo Nova Canaã.....	47
Figuras 32 e 33	Montagem de área de lavagem e vista aérea do abrigo.....	48
Figura 34	Vista aérea do Abrigo Santa Tereza.....	49
Figura 35	Setor Militar Marechal Rondon.....	50
Figuras 36 e 37	Vista aérea e interna do Abrigo Rondon I.....	50
Figura 38	Imagem atual deste Abrigo.....	50
Figura 39	Vista aérea do Abrigo Rondon II.....	51
Figura 40	Vista aérea do Abrigo Rondon III.....	52
Figura 41	Vista aérea do Abrigo Rondon V.....	52
Figura 42	Vista aérea do Abrigo Pricumã.....	53
Figura 43	Vista aérea do Abrigo Tuaranoko.....	53
Figuras 44 e 45	Vista externa e interna do ATM.....	54

## LISTA DE SIGLAS

A Ap	Área de Apoio
A Info	Área de Informação
A Op	Área de Operações
A Trg	Área de Triagem
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AEF	Área de Espera Final
AEI	Área de Espera Inicial
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AR	Área de Revista
AVSI	Associação Voluntários para o Serviço Internacional - BRASIL
C Fron RR / 7º	Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva
BIS	
Cap	Capitão
Cb/Sd	Cabos / Soldados
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
Cel	Coronel
CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Cia Cmdo	Coampanhia de Comando
CIR	Centros de Interiorização Regional
CMA	Comando Militar da Amazônia
Cmt	Comandante
Cmt Op	Comandante Operacional
Cmt To	Comandante do Teatro de Operações
COMDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
COTer	Centro de Operações Terrestres
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DPF	Departamento de Polícia Federal
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
EB	Exército Brasileiro
EM Cmdo Cj	Estado Maior do Comando Conjunto
EMCF	Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
FT Log Hum RR	Força-Tarefa Logística Humanitária Roraima
Gen	General
Gen	General de Divisão
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
HUB	Centro de Apoio Temporário em município de alta capilaridade aeroviária que ofertará maiores possibilidades de deslocamento aos migrantes ou refugiados com destino pré-definido em outras Unidades da

	Federação.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Maj	Major
MD	Ministério da Defesa
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMDS	Organizações Militares Diretamente Subordinadas
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OVV	Observatório Venezuelano da Violência
PAA	Posto de Atendimento Avançado
PDN	Política de Defesa Nacional
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
Pel PE	Pelotão de Polícia do Exército
PIB	Produto Interno Bruto
PItrg	Posto de Triagem
Pl Op	Plano Operacional
PMRR	Polícia Militar de Roraima
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PRA	Posto de Recepção e Apoio
PRI	Posto de Recepção e Identificação
RBV	República Bolivariana da Venezuela
SETRABES	Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Sgt	Sargento
SINE	Superintendência Regional do Trabalho ou Sistema Nacional de Emprego
ST	Subtenentes
TC	Tenente Coronel
Ten QAO	Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais
UCAB	Universidade Católica Andrés Bello
10° GAC SI	10° Grupo de Artilharia de Campanha de Selva
1ª Bda Inf SI	1ª Brigada de Infantaria de Selva
1ª B Log SI	1ª Batalhão Logístico de Selva
1° BIS Amv	1° Batalhão de Infantaria de Selva Aeromóvel
1° Ten	1° Tenente
2ªDE	2ª Divisão de Exército
2° Ten	2° Tenente
6° BEC	6° Batalhão de Engenharia de Construção

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	21
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	22
3.1 SITUAÇÃO NA VENEZUELA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA COM O BRASIL .....	22
3.2 A FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.....	24
3.3 MISSÃO OPERACIONAL PARA A AJUDA HUMANITÁRIA.....	28
<b>4 ORDENAMENTO DA FRONTEIRA - 1º EIXO</b> .....	32
4.1 POSTO DE RECEPÇÃO E IDENTIFICAÇÃO (PRI) .....	33
4.2 POSTO DE TRIAGEM .....	35
4.3 POSTO DE ATENDIMENTO AVANÇADO (PAA).....	37
4.4 SITUAÇÃO ATUAL DAS FORÇAS ARMADAS NA OPERAÇÃO.....	38
<b>5 ABRIGAMENTO - 2º EIXO</b> .....	38
5.1 O ABRIGO JANAKOIDA .....	40
5.2 ALOJAMENTO DE PASSAGEM BV8 .....	41
5.3 LATIFE SALOMÃO.....	42
5.4 ABRIGO PINTOLÂNDIA .....	43
5.5 ABRIGO SÃO VICENTE II .....	43
5.6 ABRIGO TANCREDO NEVES (ATN) .....	44
5.7 ABRIGO JARDIM FLORESTA.....	45
5.8 ABRIGO NOVA CANAÃ .....	46
5.9 ABRIGO SÃO VICENTE I.....	47
5.10 ABRIGO SANTA TEREZA .....	48
5.11 ABRIGOS RONDON.....	49
5.12 ABRIGO PRICUMÃ.....	53
5.13 ABRIGO TUARANOKO.....	53
5.13.1 Abrigos no ano de 2023.....	54
5.14 ALOJAMENTO DE TRÂNSITO DE MANAUS (ATM) .....	54
5.15 CONDIÇÃO ATUAL DO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS .....	55
<b>6. A ESTRATÉGIA DE INTERIORIZAÇÃO</b> .....	56
6.1 PORQUE A INTERIORIZAÇÃO É IMPORTANTE .....	56
6.2 DESAFIOS DA INTERIORIZAÇÃO DE MIGRANTES E REFUGIADOS .....	56
6.3 A INTERIORIZAÇÃO PROPRIAMENTE DITA .....	59
<b>7 ANÁLISE E RESULTADOS</b> .....	61

7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE INTERIORIZAÇÃO.....	6
7.2 FLUXOS DE INTERIORIZAÇÃO.....	62
7.3 INTERIORIZAÇÃO – ETAPAS DE FORMA SIMPLIFICADA.....	63
7.4 PREPARAÇÃO PARA A INTERIORIZAÇÃO.....	64
7.5 DESLOCAMENTO.....	67
7.6 MODAIS DE INTERIORIZAÇÃO .....	67
<b>8 SITUAÇÃO ATUAL DO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS.....</b>	<b>68</b>
<b>9 ABRIGAMENTO NA CIDADE DESTINO.....</b>	<b>69</b>
9.1 ABRIGOS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS .....	69
9.2 ABRIGAMENTO GERIDO POR ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAL OU POR ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA.....	70
9.3 ABRIGAMENTO E INTERIORIZAÇÃO ASSOCIADA A VAGA DE EMPREGO SINALIZADA (VES).....	72
<b>10 RESULTADOS ESPERADOS .....</b>	<b>72</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa concentra-se no estudo sobre a Força Tarefa Logística Humanitária, mas conhecida como (Operação Acolhida), desde seu início em abril de 2018 até meados de junho de 2023, a qual tem destacado o emprego precípua das Forças Armadas Brasileiras, em um ambiente de crise regional de ajuda humanitária cada vez mais frequente no cenário internacional.

O país da Venezuela está localizado na parte norte da América do Sul, sendo constituído por uma porção continental e um grande número de ilhas, suas fronteiras é delimitadas ao norte com o Mar do Caribe, a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e a leste com a Guiana. Tem-se que os estados Bolívar e Amazonas fazem fronteira com outros os estados brasileiros, como o de Roraima.

De acordo com o Censo 2011 do Instituto Nacional de Estatística venezuelano, a população total do país somava mais de 27,2 milhões de habitantes. Com relação aos indígenas, o mesmo Censo registrou 76.314 silvícolas no estado do Amazonas e 54.686 em Bolívar, os quais tem enfrentado um cenário de incertezas e insegurança nos dias atuais. Do ponto de vista econômico, por exemplo, dados do Fundo Monetário Internacional demonstraram que o Produto Interno Bruto (PIB) venezuelano em 2016 retraiu 18%, a inflação atingiu 255% e o desemprego saltou de 7% para 21%.

A partir de 2013, com a morte de Hugo Chavez e a assunção à presidência da República Bolivariana da Venezuela de Nicolás Maduro, político pouco experiente e sem as habilidades comunicativas de Chavez, intensificou-se o processo de crise econômica e política naquele país. Milhares de venezuelanos iniciaram uma diáspora para diversos países, dentre os quais o Brasil, na busca de melhores condições de vida, acesso a medicamentos, alimentos, produtos de higiene e outros itens básicos.

Quando se observa os indicadores sociais, segundo a Pesquisa sobre Condições de Vida na Venezuela, constante no Relatório de Preparo do 5º Contingente da Força Tarefa Logística de Ajuda Humanitária em Roraima (FT Log Hum RR), apontaram que o percentual de famílias em situação de pobreza saltou de 23,1% em 2015 para 81,8% em 2016 e 87% em 2017, atingindo quase 90% dos lares. Atualmente a Pesquisa Nacional de Condições de Vida (Encovi) 2022, coordenada pela Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) - privada - e referência na Venezuela diante da falta de números oficiais, situou em 53% a população em

pobreza extrema e em 81,5% o percentual que se encontra em situação de pobreza. Em 2021, os números eram de 68% e 90,9% respectivamente.

A renda não vinculada ao trabalho, como benefícios do governo e remessas, caiu de 44,8% em 2021 para 26,2% em 2022, em relação a níveis de 2017, em parte pelo aumento das remunerações formais. Nove em cada dez venezuelanos não podem pagar sua alimentação diária e 64% dos venezuelanos perderam aproximadamente 11kg no ano de 2018 (2ªDE, 2019), os dados apresentados demonstram o nível de complexidade da crise humanitária vivida naquela nação, quanto aos aspectos sociais pioram a cada ano, o que interfere na estabilidade regional, a qual interessa ao Brasil.

No que concerne à segurança, dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam a Venezuela como o país com a terceira mais alta taxa de homicídios da América Latina, depois de Honduras e El Salvador. De acordo com a Fiscalía General Venezuela (órgão análogo à Procuradoria-Geral da República no Brasil), o país registrou 21.752 homicídios em 2016, uma taxa de 70,1 por cada 100 mil habitantes, em 2017 essa taxa subiu para 89 por 100 mil habitantes.

A violência epidêmica é um dos aspectos mais visíveis do desastre social, político e econômico perpetrado pelo chavismo na Venezuela. No final de dezembro de 2022, o Observatório Venezuelano da Violência (OVV) publicou um estudo sobre as mortes violentas em 2021 no país, com uma estimativa de que pelo menos 11.081 pessoas foram vitimadas. Nessa conta, entram quatro categorias de violência letal: homicídios (3.112 registros), resistência à autoridade (homicídios cometidos pelas forças de segurança do Estado, com 2.332 ocorrências), óbitos em investigação (mortes violentas de intencionalidade indeterminada, com 4.003 óbitos) e desaparecimentos (1.634 registros).

O OVV indicou que, com uma taxa de 40,9 mortes violentas por 100 mil habitantes, a Venezuela está ao lado de Honduras (com uma taxa de 40) como os dois países mais violentos da América Latina. Em 2022 houve uma média de 26 mortes violentas por dia, 180 por semana e 781 por mês. Em termos de mortes decorrência da intervenção policial, houve 3,39 mortes por dia por ação policial ou militar, 23,8 por semana e 103 por mês, apontou o presidente do OVV.

Neste sentido, por medo da violência, 90% das pessoas entrevistadas para a Pesquisa sobre Condições de Vida na Venezuela, que consta no Relatório de Preparo do 5º e demais Contingentes da FT Log Hum RR, afirmaram que consideram que a segurança do país piorou no ano de 2018 e que já sentiram necessidade de se mudar de onde vivem (2ª DE, 2019). Assim,

a sociedade brasileira se expõe às mazelas de segurança pública potencializada pela situação instável da fronteira entre os dois países.

Quanto à saúde, de acordo com o Ministério da Saúde venezuelano, houve aumento de 30% da mortalidade infantil em 2016, quando comparado com o ano de 2017 e continua aumentando até os dias atuais. A mortalidade materna em 2016 aumentou 65,79% com relação a 2015. Em 2016, houve reaparição da difteria após 24 anos de erradicada, e um aumento de 76,4% dos casos de malária em comparação com 2015.

A Federação Médica da Venezuela informou recentemente que os hospitais do país dispunham de menos de 5% dos medicamentos de que necessitam para funcionar, e a Federação Farmacêutica Venezuelana estima que 85% dos medicamentos considerados essenciais pela OMS não podem ser encontrados no país. Em 2017, 68% da população venezuelana não possuía seguro saúde, um incremento de 5% em relação à 2016 e de 20% quando comparado a 2014 (HONORATO, 2019). Dessa forma, a pressão no sistema de saúde brasileira vem crescendo exponencialmente na região norte. Importante frisar estes dados nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, para compreender um dos motivos da migração venezuelana para o Brasil.

Por fim, no que diz respeito à educação, a Pesquisa sobre Condições de Vida na Venezuela, conforme consta no Relatório do Preparo do 5º Contingente da FT Log Hum, informa que há pouco mais de um milhão de crianças e adolescentes fora da escola. Quatro em cada dez crianças de 3 a 5 anos não vão para a escola, e essa situação é ainda mais preocupante entre os mais 15 pobres: apenas metade das crianças com idades entre 3 e 5 anos das famílias 20% mais pobres vão à escola.

Das crianças de 3 a 17 anos, independentemente do extrato social, 38% não frequentam a escola, em 2016, essa porcentagem foi de 12%. (2ª DE, 2019), dado esse complexo cenário, a emigração tem se tornado uma opção cada vez mais considerada pelas famílias venezuelanas, o que pode ser observado pelos dados da Polícia Federal brasileira a respeito das solicitações de refúgio nos últimos anos.

Ressaltando que a Encovi, que estuda a pobreza multissetorial em aspectos como infraestrutura, serviços, habitação, além da renda, alertou para a redução da cobertura escolar, no período 2021-2022, 1,5 milhão de venezuelanos com idades entre 3 e 17 anos ficaram fora do sistema educacional, observou, destacando também uma redução no uso dos serviços públicos de saúde devido ao seu encarecimento, a pesquisa se baseou em entrevistas com 2.218 pessoas e foi realizada entre julho e agosto de 2022.

Até junho de 2018, a Polícia Federal (PF) contabilizou 56.740 migrantes venezuelanos individualizados no Brasil, são 11.100 residentes e 35.540 solicitantes de refúgio. Os demais são indivíduos que agendaram atendimento junto à PF para proceder sua regularização migratória. Além disso, observa-se uma tendência crescente nesse número de atendimentos.

O estado de Roraima, localizado na fronteira entre Brasil e Venezuela, passa a ser um dos principais pontos de ingresso ao País. Estes migrantes, provenientes de Santa Elena de Uairén, adentram em território nacional pela cidade de Pacaraima-RR, onde permanecem para reiniciar suas vidas ou seguem para outras cidades da região amazônica brasileira, pouco dotadas de infraestrutura capaz de absorver uma massa populacional tão grande, inclusive a incapacidade de absorção desse movimento demográfico intenso, pela falta de aparelhos públicos e privados robustos o suficiente para atender a demanda, provocou um grave impacto social nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, ambos no estado de Roraima, como mendicância, aumento da prostituição, assaltos, estresse do sistema de saúde e invasões de áreas públicas.

O Brasil recebia um número cada vez maior de solicitações de refúgio por parte dos venezuelanos, que tinham a intenção de se estabelecer no País com esse status, para facilitar sua integração a sociedade brasileira e fazer jus aos direitos de cidadão. Em paralelo, o governo do Estado de Roraima vinha realizando ações em apoio aos deslocados daquele país, em conjunto com Organizações Não-Governamentais, setores da sociedade e iniciativa privada (FRANCHI, 2019). O Governo Federal, ao identificar que a crise estava se agravando, que o Estado de Roraima estava passando por um grau de stress nos serviços públicos, quase insuportável para a sua reduzida capacidade e entendendo que necessitava prestar esse serviço ao povo venezuelano, bem como para ter o controle do processo migratório e poder gerar números para planejar suas ações futuras, resolveu agir de forma decisiva. Surgem, então, umas das mais importantes operações de ajuda humanitária da história do continente americano: A Operação Acolhida, uma resposta da sociedade brasileira para a solução dessa crise.

No século XXI, as Forças Armadas Brasileiras participaram de Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), com destaque para a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti - MINUSTAH, em que o Brasil recebeu o mandato para conduzir a Operação e ganhou grande expertise, tanto na missão de pacificação quanto na de ajuda humanitária por ocasião do terremoto naquele país, no ano de 2010. Em decorrência da crise na Venezuela, país fronteiro com o Brasil e com grande instabilidade política, econômica e

social, a grande questão atual para as Forças Armadas Brasileiras está na eficiência do seu emprego em Operações de Ajuda Humanitária.

A presente pesquisa como dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade Estadual de Roraima (UERR), como requisito à obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania se desenvolveu para solucionar o seguinte problema: identificar qual o eixo da Operação Acolhida, as Forças Armadas têm sua atuação mais adequada no atual estágio de evolução dos acontecimentos, sendo este o seu objetivo principal.

Para atingir o referido objetivo de pesquisa, foram definidos três objetivos específicos de estudo, os quais foram trabalhados em capítulos próprios, sendo um capítulo para caracterizar o eixo do Ordenamento da Fronteira, um para caracterizar o eixo do Acolhimento/Abrigamento e outro capítulo para caracterizar o eixo da Interiorização. A seguir, foi realizada a análise dos dados onde foi possível chegar a uma conclusão.

Pela extensão do tema, bem como pelo nível de exigência de um trabalho de pesquisa a ser apresentada a uma banca para título de mestre, o estudo não esgotou todo o assunto, mas pode apresentar um panorama geral da Operação Acolhida que permitiu fundamentar a resposta ao problema proposto. Nesse sentido, o estudo limitou-se a atuação das Forças Armadas, com ênfase para a Força Terrestre, no bojo da Força Tarefa Logística de Ajuda Humanitária em Roraima.

Portanto, em que pese ser uma Operação Interagências, os componentes civis, tanto privados quanto estatais, não foram foco do estudo, servindo, apenas, como elementos de contextualização, pois é bastante difícil fatiar as ações dos agentes em um ambiente dessa natureza, o tema é de grande importância para as Forças Armadas Brasileiras e para a sociedade civil como um todo.

A Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira têm sido acionados para atuar nas mais diversas ações subsidiárias, suprimindo uma série de deficiências dos Estados da Federação e de outros órgãos do Poder Executivo, tanto por meio de decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Operação Pipa, asfaltamento de rodovias, escavação de poços artesianos, Intervenção na Segurança Pública, entre outros, afastando, sobremaneira, essas instituições de suas missões precípuas de defesa externa.

Assim, é necessário destacar que o emprego do braço armado do Estado, nessas ações subsidiárias, deve ter caráter temporário e com tarefa bem definida, quando acionadas pelos órgãos competentes para tal. As Forças Armadas, como instituições de Estado, são dotadas de

capacitação logística, meios, disponibilidade plena e grande capilaridade, podendo ser mobilizada para o embate imediato em situações de crise. Entretanto, os demais órgãos governamentais devem ser organizados, formados e preparados para realizar suas atividades fim, sem depender de outras instituições. Identificar qual eixo da Operação Acolhida as Forças Armadas têm sua atuação mais adequada, no atual estágio de evolução dos acontecimentos, ganha grande relevância para ‘otimizar’ o emprego dos meios de Defesa Nacional, reduzindo o efetivo empregado em ações subsidiárias e dando maior liberdade de manobra às Forças Singulares, para focar em sua vocação principal de defesa externa.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com relação à metodologia empregada, o presente estudo realizou, principalmente, pesquisas bibliográfica e documental baseando sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados à Operação Acolhida em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores, bem como em documentos de acesso restrito, como Planos de Operações, Compêndios e Relatórios (MINAYO, 2014).

O universo do presente estudo foi o componente militar da Operação Acolhida, mais especificamente as três Forças Singulares, quais sejam a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira. Como principais amostras foram utilizadas as do tipo “não probabilísticas” e classificadas como sendo “por acessibilidade”, que foram as atividades realizadas pela Força Terrestre no escopo da Operação Logística, utilizando, como amostras, os contingentes mobilizados pelo Exército Brasileiro nos anos de 2018 a 2022, nas vertentes da Logística Militar e Logística Humanitária.

A coleta de dados da presente pesquisa se deu por meio da coleta na literatura e em documentos, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como: livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, internet, monografias, teses e dissertações, bem como em documentos internos do Exército, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto.

Assim, foram levantadas as fundamentações teóricas para esclarecer e identificar a melhor opção de emprego da Força no atual estágio da missão. O método de tratamento de dados foi o da análise de conteúdo, no qual foram realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórico para responder o problema proposto, sendo a metodologia limitada,

particularmente, quanto à profundidade do estudo, pois não contemplou, dentre outros aspectos, o estudo de campo (FILHO, 2015).

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste contexto, foram sintetizados alguns aspectos sobre a Crise Venezuelana, importante para situar o leitor no cenário da missão realizada pela Operação Acolhida, bem como sobre os conhecimentos da parte legal que envolvem o emprego das Forças Armadas na mesma. Ainda foram levantadas considerações pertinentes ao emprego operacional das tropas em Operações Humanitárias, servindo como base para o entendimento do fluxo natural da pesquisa. Por se tratar de uma dissertação, os conhecimentos produzidos buscaram explicar um fenômeno existente, integrando seus conteúdos práticos à doutrina militar.

#### **3.1 SITUAÇÃO NA VENEZUELA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA COM O BRASIL**

O cenário de crise política, social, humanitária e econômica que acontece na Venezuela resultou na saída de muitos refugiados venezuelanos do país, desse modo, em razão da fronteira existente entre o Brasil e a Venezuela, esse se tornou uma opção e esperança de melhores condições de vida para os refugiados ao atravessarem a fronteira em direção a Roraima.

O estado de Roraima, em especial as cidades de Boa Vista e Pacaraima, não estavam preparados para receber tantos refugiados que chegavam de maneira súbita, tendo em vista que muitos migrantes se encontravam vulneráveis, sem ter onde residir, sem recursos financeiros para compra de alimentos, de material de higiene pessoal, a facilidade de acesso por meio da BR-174, que conecta Manaus a Boa Vista, segue em direção a Pacaraima e adentra a Venezuela, apresenta-se como um grande facilitador do fluxo de migrantes para o Brasil que, atualmente, é o segundo maior receptor de migrantes venezuelanos.

Além disso, a existência histórica de laços sociais na região de fronteira, bem como as interações políticas e econômicas entre os dois países e, ainda, o histórico de receptividade do povo brasileiro e, respectivamente de seu governo federal, são estímulos a migração de cidadãos venezuelanos para o Brasil.

A migração dos refugiados venezuelanos para o Brasil começou em 2015 e ganhou força em 2016, atingindo números surpreendentes em 2017, esse fluxo de refugiados ocupou, em pouco tempo, a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, elevando em 10% a

população da cidade em 2017 (SOUZA, 2019). A crise na Venezuela foi acentuada pelo regime de Nicolás Maduro e crise econômica, como exposto anteriormente “em razão do autoritarismo e corrupção praticados, que ocasionou uma fragilidade na seara política, social, econômica e humanitária no país” (BOTELHO, 2020, p.161).

Nessa perspectiva, muitos refugiados chegaram ao Brasil buscando condições melhores de vida e, a porta de entrada é o Estado de Roraima, tendo em primeiro plano o município de Pacaraima e posteriormente a capital do estado, a cidade de Boa Vista (SOUZA, 2019, p. 59). De acordo com Júnior (2019), a Venezuela:

[...] que se destaca por estar dentre os dez maiores produtores de petróleo do mundo, encontra-se imersa em uma crise humanitária, econômica, política e social sem fim, deixando de ser um território pacífico, impondo a muitas pessoas a obrigação de deixar o país para encontrar melhores condições mínimas de dignidade e de sobrevivência (JÚNIOR, 2019, p.433).

Dessa maneira, os venezuelanos saem de seu país por motivos de violências praticadas aos direitos humanos, principalmente no que toca a escassez de alimentos, de medicamentos, de alto desemprego, desnutrição, de agressões praticadas contra venezuelanos que protestam contra o governo. Sendo assim estima-se que ao menos 30 mil venezuelanos já cruzaram a fronteira daquele país com o Brasil e, dentre estes, conforme informações do Exército e da polícia federal, no estado de Roraima, entre janeiro e março de 2018, cerca de 28,8 mil pessoas atravessaram por meio do município fronteiriço de Pacaraima, distante 212 quilômetros da capital Boa Vista chegando ao Brasil (JÚNIOR, 2019).

Assim, como constatado por Evangelista (2017), o Brasil se transformou em “corredor de mobilidade” migratório da Venezuela, modificando o cotidiano das cidades brasileiras de Pacaraima e Boa Vista, principalmente, e causando impactos expressivos no Estado de Roraima assim como no Brasil.

O crescimento dos casos de doenças infectocontagiosas que podem gerar epidemias, bem como o ressurgimento de doenças já controladas por vacinação no Brasil, como sarampo e rubéola é um risco real relatado por médicos e gestores locais (FRANCHI, 2017).

Nesse contexto, pode-se inferir que o principal impacto se encontra no sistema de saúde brasileiro, incapaz de atender a tamanha demanda por atendimentos e insumos para tratamento de enfermidades. Em consequência, no final de 2016 foi decretado Estado de Emergência Nacional a situação de saúde pública em Boa Vista e Pacaraima, o qual foi motivado pela sobrecarga dos aparelhos de saúde municipais e estaduais (FRANCHI, 2017).

Corroborando com esse fato, houve um aumento desproporcional nas interações, segundo dados do Ministério da Saúde, provocando que o Presidente da República decidisse intervir na solução da crise, segundo dados da polícia federal, 42 mil venezuelanos entraram por via terrestre em Roraima em 2017 e não saíram, essa quantidade representa 10% da população do Estado, que é de 400 mil habitantes, aproximadamente (MONTEIRO, 2018).

O aumento desproporcional e rápido do número de habitantes em Roraima extrapolou a capacidade do governo estadual de agir pelo bem-estar do povo deste Estado. Diante da calamitosa situação, o Brasil deu início aos procedimentos legais para responder a crise. Por esses motivos a Operação Acolhida foi criada, cujo intento era garantir que ao chegarem a Roraima, os refugiados fossem acolhidos de maneira digna, conforme assegurado nas leis nacionais e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, a missão acolhida foi executada pelo Exército Brasileiro, juntamente, com os entes da União, entidades religiosas e filantrópicas.

O teor do estudo foi justificado pela situação emergente e imprecisa relacionada à ausência de estrutura em Roraima diante do fluxo de refugiados venezuelanos que chegaram ao estado, muitos em condições vulneráveis, bem como, a concretização dos direitos garantidos à pessoa humana no Estado Constitucional, conforme as leis nacionais e internacionais que protegem os refugiados.

Ademais, o reconhecimento de que o Estado Constitucional viabilizou a criação da Operação Acolhida e, por conseguinte, os efeitos positivos na vida de inúmeros migrantes venezuelanos refugiados, em março de 2023, 17.471 migrantes entraram no País, conforme levantamento da OIM (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES).

### 3.2 A FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Constituição Federal de 1988 é balizada por uma série de valores relativos à promoção da cidadania e à prevalência dos direitos humanos, no primeiro artigo, por exemplo, lista a “dignidade da pessoa humana” como um dos princípios fundamentais do Estado brasileiro, já no artigo terceiro, se compromete a “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e em “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, ao tratar sobre relações internacionais, o artigo quarto traz como um dos princípios a “prevalência dos direitos humanos” e a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.

Também especialmente relevante para o caso dos migrantes em situação de vulnerabilidade, o artigo quinto informa que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Ainda no artigo quinto, a Constituição informa que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (BRASIL, 1988).

Diante da situação de crise na fronteira Brasil-Venezuela e cumprindo preceitos constitucionais, por meio da Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, o Brasil estabeleceu o Comitê Federal de Assistência Emergencial, que decretou situação e emergência social em Roraima e dispôs sobre as medidas de assistência humanitária para o acolhimento dos migrantes em situação de vulnerabilidades.

Na mesma data, foram publicados os Decretos nº 9.285 e 9.286 que, respectivamente, reconheciam a situação crítica, dando legalidade às ações e a composição, competências e normas de funcionamento do Comitê Interministerial que reuniu forças de 12 ministérios. Ainda no dia 15 de fevereiro de 2018, logo após visualizar o emprego do Exército Brasileiro, o Comandante da Força Terrestre, General de Exército Eduardo da Costa Villas Boas nomeou o General de Divisão Eduardo Pazzuelo como Coordenador da Força Tarefa Logística de Ajuda Humanitária em Roraima.

A referida designação foi oficializada em 21 de fevereiro por ocasião da primeira resolução do Comitê Interministerial e, na sequência, chancelada pelo Ministro da Casa Civil Eliseu Padilha. A atuação das Forças Armadas em situações como esta se respalda, também, em preceitos constitucionais.

O art 142º da Constituição Federal de 1988 define as Forças Armadas como instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Além disso, devem cumprir atribuições subsidiárias, dentre as quais as operações de ajuda humanitária (BRASIL, 1988), por esse motivo, fica clara não só a legalidade da atuação das Forças Armadas, bem como a obrigação constitucional do governo brasileiro em tomar a frente da solução desta grande problemática.

Desde 2018 a Operação Acolhida é uma realidade no Brasil e a cada quatro meses, aproximadamente, um novo contingente das Forças Armadas é selecionado a fim de mobilizar o braço operativo da mesma, isto é, a Força Tarefa Logística e Humanitária para o Estado de Roraima (FT Log Hum RR). O site institucional da Operação, mantido pelo Governo Federal (2021), em 2019, a Operação Acolhida teve continuidade, organizando a chegada, garantindo atenção à saúde e fortalecendo a interiorização de milhares de migrantes e refugiados venezuelanos que chegam pela fronteira.

Mais de 4 mil militares participaram da missão desde seu início. Entendendo que nos principais eixos na organização da Operação Acolhida (ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização) há a presença maciça de militares conforme informa o site oficial: “As Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) prestam apoio logístico à operação com ações em infraestrutura, transporte, saúde e administração”.

Identifica-se, analisando a continuidade e a relevância dada à Operação Acolhida pelo Governo Federal e por organismos humanitários internacionais, que há a necessidade do público interno do Exército Brasileiro conhecer a referida Operação e entender o seu principal eixo, a interiorização. Desta maneira a presente pesquisa tem relevância na manutenção da divulgação no âmbito do público interno e externo sobre o processo de cada eixo da Operação bem como da interiorização de venezuelanos realizados pela FT Log Hum RR.

**Figuras 1, 2 e 3 – Chegada dos migrantes em Pacaraima em 2018.**



Fonte: Plano Operacional – Operação Acolhida

**Figuras 4, 5, 6 e 7 – Chegada dos migrantes em Boa Vista em 2018**



Fonte: Plano Operacional – Operação Acolhida

### 3.3 MISSÃO OPERACIONAL PARA A AJUDA HUMANITÁRIA

De acordo com o Manual EB20-MF-10.102, cabe ao Exército o preparo da Força Terrestre para cumprir sua missão constitucional de defesa da Pátria e da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. Além disso, a Força Terrestre deve cumprir atribuições subsidiárias, dentre as quais as operações de ajuda humanitária, nesse interim, a Força se aproveita das capacidades da logística militar para emprega-la na logística de ajuda humanitária.

As operações humanitárias, segundo o manual E20-MC-10.204, são classificadas como operação de não-guerra e geralmente são realizadas para reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representam séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência cívico-social. Uma delas é a ajuda humanitária.

O tema Operações de Ajuda Humanitária é bastante recente e com alto grau de ineditismo, dessa forma, a doutrina de emprego nacional é bastante insipiente, o que vem exigindo do Estado Maior da Operação uma grande capacidade em resolver problemas inéditos, contribuindo para o desenvolvimento doutrinário das Forças Armadas.

Essa pesquisa se baseou nas experiências colhidas pela Força Terrestre por meio de Relatórios, Planos de Operações, Compêndios de Experiências Colhidas produzidos pelo COTer, por entrevistas e pesquisas realizadas com militares que integraram os contingentes da Operação Acolhida. O referencial doutrinário foi calcado nos Manuais Doutrinários de Emprego das Forças Armadas Brasileiras, os quais constam das referências bibliográficas.

A experiência obtida pelo Exército Brasileiro, fruto do Exercício Multinacional Interagências de Logística Humanitária “AMAZONLOG17”, ocorrido no ano de 2017 na região da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, foi de fundamental importância para o rompimento da inércia na execução da Operação, haja vista que o Brasil possuía uma significativa capacidade de mobilização de meios, o que possibilitou uma rápida resposta à crise humanitária que se instalara.

Neste sentido, cabe ressaltar o trabalho realizado pelo Gen Div Eduardo Pazzuelo, então Cmt da Base de Apoio Logístico do Exército Brasileiro e primeiro Coordenador da Força Tarefa Logística de Ajuda Humanitária em Roraima, a Operação Acolhida. Seu papel foi fundamental num ambiente de crise com potencial para desestabilizar o Brasil e a América do Sul.

O enunciado concebido para a missão, segundo o Plano Operacional – Operação Acolhida, foi cooperar com o Governo Federal, Estadual e Municipal nas medidas de assistência emergencial para acolhimento de migrantes provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária.

A Operação Acolhida tem por objetivos receber, identificar, triar, imunizar, abrigar e interiorizar migrantes em situação de vulnerabilidade. É uma operação conjunta, interagência e humanitária. O estado final desejado pelo comandante (Cmt) da FT Log Hum RR foi estabilizar o fluxo migratório, com todos os migrantes assistidos, estando em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho local e aptos para a interiorização.

Para isso, foi concebida a manobra em três eixos: o primeiro se refere ao Ordenamento da Fronteira, que consiste em receber, identificar, triar e imunizar os migrantes que adentram ao país, os pontos de entrada, inicialmente, eram em Pacaraima e Boa Vista, tendo sido acrescida a cidade de Manaus mais recentemente.

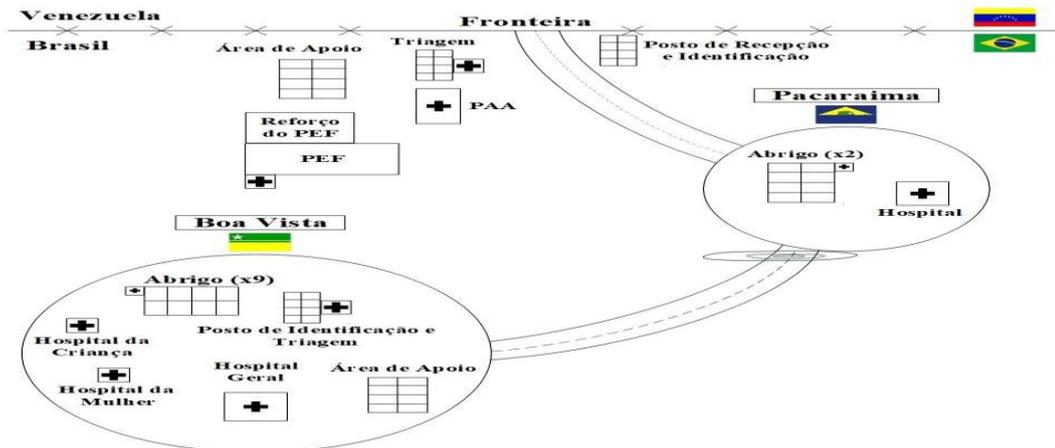
O segundo eixo é o do Abrigamento, que consiste em alojar os migrantes, temporariamente, a fim de dar condições de inserção na sociedade brasileira ou, até mesmo, retornar a seu país de origem. O terceiro eixo é o da Interiorização, que consiste em integrar o migrante, efetivamente, na sociedade brasileira por meio de sua instalação em cidades de todas as regiões administrativas de acordo com suas situações particulares.

Ainda de acordo com o Plano, o planejamento e a preparação das atividades da Operação Acolhida ficaram centralizados sob a responsabilidade do Estado-Maior Conjunto Interagência, enquanto que a execução e a avaliação das ações ocorrem de forma descentralizada, nos Níveis Operacional e Tático, as medidas de coordenação têm sido conduzidas pelo Coordenador Operacional e Estado-Maior Conjunto, a quem compete estabelecer, explorar e manter a unidade de esforços entre os participantes de todas as agências da Operação e das Forças Armadas.

A Força-Tarefa Logística Humanitária Roraima tem seu posto de comando estabelecido na cidade de Boa Vista e conta com 500 militares integrantes dos efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, os quais, em sistema de rodízios trimestrais, trabalham diariamente nas ações de acolhimento dos migrantes venezuelanos. Sendo Pacaraima e Boa Vista as duas cidades mais afetadas pelo aumento do fluxo migratório venezuelano, a Força-Tarefa estabeleceu uma base em cada uma dessas cidades.

A Figura 8, extraída do Plano Operacional Operação Acolhida, representa, de forma gráfica, a concepção geral da Operação. Nela, pode ser observado a distribuição geográfica das áreas e o fluxo dos migrantes que cruzam a fronteira entre os dois países.

**Figura 8 - Concepção Geral da Operação**



Fonte: Plano Operacional – Operação Acolhida



#### **4 ORDENAMENTO DA FRONTEIRA - 1º EIXO**

O Ordenamento da Fronteira realiza as atividades de recepcionar, identificar, triar, imunizar e dar uma primeira assistência e atendimento aos migrantes venezuelanos refugiados em situação de vulnerabilidade.

De acordo com o Manual de Planejamento e Emprego da Inteligência Militar, do ano de 2016, deve-se verificar a quantidade de deslocados, localização e fluxos prioritários para se analisar a dimensão humana no contexto de fatores operacionais que subsidiarão o entendimento do problema militar em evidência (EB70-MC-10.307), como objetivo da Operação Acolhida, os venezuelanos desassistidos são estudados frequentemente com ênfase nas considerações civis dos fatores de decisão da Força Tarefa Logística Humanitária – RR, o que norteia o cumprimento da missão.

Nesse sentido, a finalidade desse eixo da Operação é, literalmente, ordenar a entrada dos migrantes a fim de controlar o acesso desse contingente populacional ao Brasil, de maneiras a obter dados para planejar as ações de ajuda humanitária com maior eficácia e evitar a entrada desordenada desses migrantes, os quais poderiam terminar por permanecer em solo brasileiro ilegalmente, sem ter suas situações regularizadas para fazer jus ao status de refugiado e usufruir de todos os direitos pertinentes ao cidadão nacional.

A Operação Acolhida por intermédio das Forças Armadas desdobram diversas estruturas físicas para realizar os trabalhos burocráticos atinentes a missão, bem como para dar o primeiro suporte aos migrantes desassistidos. Tem-se o desdobramento na área de fronteira a Base de Pacaraima, que é composta por Comando, Posto de Recepção e Identificação (PRI), Posto de Triagem (P Trg), Posto de Atendimento Avançado (PAA), Abrigos (sendo 2 no total), Companhia da Área de Apoio (apoio administrativo), Grupo da Área de Recreação, Pelotão de Transporte e Manutenção, Pelotão de Polícia do Exército e Seção de Aprovisionamento.

Nota-se que as funções logísticas suprimento, engenharia e saúde destacam-se nesta etapa inicial, em atendimento à população proveniente da Venezuela. A Companhia da Área de Apoio realiza o apoio administrativo do contingente empregado nessa área, aos moldes de uma Companhia de Comando (Cia Cmdo) de Grandes Comandos. Arelados a ela está o Pelotão de Manutenção e Transporte e a Seção de Aprovisionamento, que realizam suas missões padrão.

O Pelotão de Polícia do Exército (Pel PE) realiza as atividades doutrinárias de uma tropa dessa natureza, aos mesmos moldes de um Pel PE orgânico das Grandes Unidades,

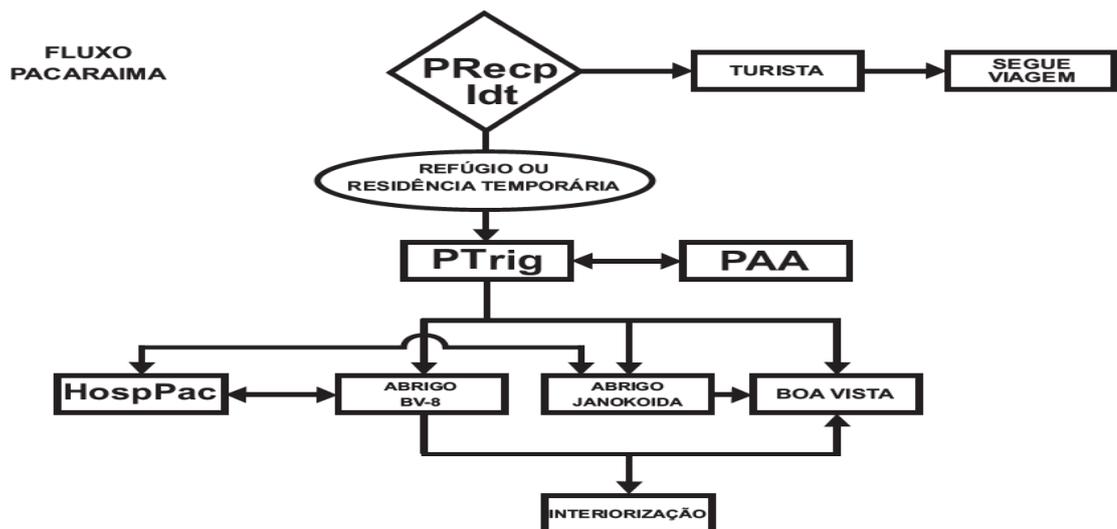
contribuindo para a manutenção da ordem e da segurança da Base e outras estruturas desdobradas na cidade.

Cabe ainda destacar, o Reforço ao 3º Pelotão Especial de Fronteira, o qual recebe em suas instalações a Base Pacaraima. Seu efetivo foi aumentado a fim de melhorar as condições de trabalho da tropa e segurança, nesse ambiente crítico. Em Boa Vista, da mesma forma, está desdobrada uma Base aos mesmos moldes da Base Pacaraima.

Entretanto, nesta cidade iniciou-se em 2018, com 10 abrigos, uma área de interiorização e três Posto de Recepção e Apoio (PRA), contíguos a Rodoviária de Boa Vista. Estes postos são destinados a incluir no processo de interiorização os venezuelanos que se encontram em Boa Vista de forma irregular, bem como para receber os refugiados oriundos de Pacaraima.

Ainda nesse eixo, foi criada uma estrutura em Manaus, a fim de desafogar mais a demanda por refúgio no Brasil, tendo em vista a grande quantidade de venezuelanos que já se encontravam naquela cidade sem ter sua situação de refugiado formalizada. Entretanto, a estrutura é composta apenas por uma Base de Apoio Interagências, um PRA, um Posto de Interiorização e Triagem (PI Trg) e um Alojamento de Trânsito, exclusivo para pessoas em processo de interiorização.

**Figura 10 - Fluxograma do Ordenamento da Fronteira de 2018 a 2022**



Fonte: Compêndio Nº 001/2019 – COTER.

#### 4.1 POSTO DE RECEPÇÃO E IDENTIFICAÇÃO (PRI)

Os Postos de Recepção e Identificação, segundo o Anexo “H” do Plano operacional – Operação Acolhida, tem como missão realizar a recepção e a identificação das pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, que adentrarem ao Território Nacional, oriundos da Venezuela e de países vizinhos.

Para cumprir essa tarefa, essa célula é composta por um Capitão/Ten (Cap/Ten) Coordenador da célula, três Subtenentes/Sargento/Civil (ST/Sgt/Civil) como recepcionistas da sala de informação, um Cabo (Cb) e três Soldados (Sd) na equipe de segurança, um ST/Sgt/Civil na sala de espera, um Cb e um Sd na sala de apoio, onde são servidos biscoito, café e água e dez civis da Polícia Federal (PF) na sala de identificação, totalizando 21 (vinte e um) militares/civis.

**Figura 11 - Vista aérea do PRI**



Fonte: Compêndio Nº 001/2019 - COTER

Ao transpor a linha de fronteira Brasil-Venezuela, o migrante venezuelano se dirige imediatamente ao Posto de Recepção e Identificação, mobiliado pelas Forças Armadas brasileiras e por outros órgãos e agências, como a Polícia Federal (PF).

Nesse local, o migrante declara à PF, órgão brasileiro de controle migratório, por qual motivo está ingressando no território brasileiro, podendo ser a turismo, para solicitar residência

temporária ou para solicitar refúgio, independente do objetivo, todo migrante recebe orientações de equipes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), sobre os direitos dos solicitantes de refúgio, e da Organização Internacional para Migrações (OIM), sobre os direitos dos migrantes.

O migrante realiza, no Posto de Recepção e Identificação, uma pequena refeição; já que muitos chegam famintos ao local, ao terminar o atendimento, os turistas podem seguir viagem, mas aqueles que desejam solicitar refúgio ou residência temporária são encaminhados ao Posto de Triagem.

Nas localidades de Boa Vista e Manaus, esse posto é denominado Posto de Recepção e Apoio (PRA) e tem a mesma finalidade que o PRI, entretanto, por se tratar de uma estrutura da operação já interiorizada, dispõe de outras atividades de apoio logístico aos desassistidos como Área de Lavanderia, Área de Banho, Guarda-Volumes, Espaço Criança e Alojamento para Pernoite.

#### 4.2 POSTO DE TRIAGEM

Segundo o Anexo “I” do Plano Operacional – Operação Acolhida, o Posto de Triagem é dividido em Área de Informação (A Info), Área de Revista (AR), Área de Espera Inicial (AEI), Área de Apoio (A Ap), Área de Triagem (A Trg) e Área de Espera Final (AEF).

**Figura 12 - Vista aérea do P Trg**



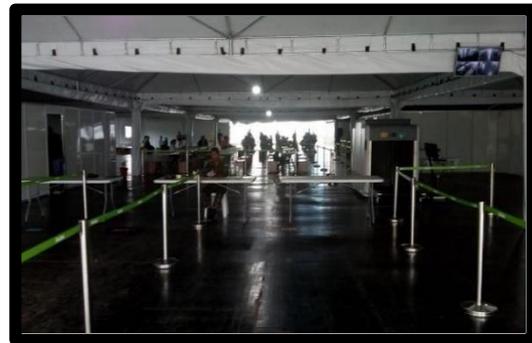
Fonte: Relatório de Preparo do 5º e demais Contingentes da FT Log Hum RR

Na Área de Informação o migrante recebe uma série de informações sobre os procedimentos que serão adotados, recebem uma senha e vão diretamente para a Área de Revista, onde suas bagagens são inspecionadas pela Receita Federal, evitando a entrada de qualquer tipo de ilícito e, na sequência, são encaminhados para a Área de Triagem.

Nesta área, são submetidos a uma série de oficinas para identificar problemas médicos, sociais e os interesses pessoais. Os migrantes venezuelanos que desejam residência temporária ou refúgio são cadastrados pelo ACNUR e pela OIM, para o levantamento do abrigo mais adequado para recebê-los. São confeccionados, ainda, os documentos necessários para o estabelecimento de relações de trabalho, tais como a carteira de trabalho e o cadastro de pessoa física (CPF). Além disso, outra refeição é oferecida. Migrantes venezuelanos que apresentam doenças são conduzidos ao PAA.

Em 2018, antes do início da Operação Acolhida, foram notificados nos hospitais de Boa Vista diversos casos de sarampo, doença que havia sido erradicada do Brasil desde 2016 (OLIVEIRA, 2019). Assim, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) verifica a situação de vacinas de cada migrante. Caso o migrante não possua comprovação de vacinação, ele deverá receber uma dose da tríplice viral, que o protegerá contra o sarampo, a caxumba e a rubéola, além de uma dose contra a febre amarela. O objetivo dessa ação é estabelecer uma barreira sanitária que impeça a entrada e a propagação de doenças no Brasil.

**Figuras 13 e 14 - Vistas interna do P Trg**



Fonte: Relatório de Preparo do 5º e demais Contingentes da FT Log Hum RR.

Terminando este processo, os migrantes serão conduzidos por um dos agentes ou militar para a Área de Espera Final, nesta seção, eles terão acesso à alimentação (ração quente) e após este consumo, aguardarão o deslocamento para um dos quatro possíveis fluxos: Retorno a Venezuela em meio de transporte fretado, Áreas de Destino, Área de Acolhimento ou realocação/interiorização. Tudo visando o bem-estar do migrante que acaba de chegar ao Brasil.

Para cumprir sua missão, esta célula é composta por um Major (Maj) Ch Posto de Triagem (Habilitado em Espanhol), três Sgt e dois Cb/Sd recepcionistas da Área de Informação, um Sgt e quatro Cb/Sd da Equipe de Segurança disponibilizados pelo Pelotão PE, seis Sgt e cinco Cb/Sd na Equipe da Área de Revista, sendo que desse efetivo, 02 serão da PE e quatro

Sgt deverão ser do segmento feminino, podendo-se contar com o apoio da PMRR, um ST/Sgt e três Cb/Sd na Equipe da Área de Espera Inicial, dois Cb/Sd na Equipe da Área de Apoio, oito ST/Sgt na Equipe de Entrevista, dois Ten Médicos na Equipe de Ambulatório a serem disponibilizados pelo H Cmp, três ST/Sgt na Equipe de Vacinação, a serem disponibilizados pelo H Cmp, sendo, referencialmente, um do segmento feminino, três agentes da PF na Equipe da Imigração, dois agentes da FUNAI, quatro agentes de Outras Agências (ACNUR, dentre outras) e um ST/Sgt e quatro Cb/Sd na Equipe da Área de Espera Final.

Do Posto de Triagem, os migrantes venezuelanos de origem indígena são conduzidos ao Abrigo Janakoida, em Pacaraima, ou ao antigo Abrigo Pintolândia, em Boa Vista, que atualmente já foi desativado, enquanto os migrantes venezuelanos não indígenas são conduzidos ao Abrigo BV-8, permanecendo nesse local até a existência de vagas nos abrigos da cidade de Boa Vista.

#### 4.3 POSTO DE ATENDIMENTO AVANÇADO (PAA)

Quando se fala no apoio de saúde, ocorre em coordenação com as autoridades sanitárias das cidades de Pacaraima e Boa Vista, dividida em 06 (seis) estruturas físicas existentes na cidade de Pacaraima e 05 (cinco) na cidade de Boa Vista. Em Pacaraima há um Posto de Triagem Médica e Imunização, como parte da Área de Triagem; um Posto de Saúde no interior do Pelotão Especial de Fronteira (PEF); um Posto de Saúde no interior da Área de Acolhimento; um Posto Pronto Atendimento Avançado (PAA); a Farmácia do Posto de Saúde da cidade de Pacaraima; e o Hospital Estadual de Pacaraima, que integra o fluxo de evacuação. Na cidade de Boa Vista também há um Posto de Triagem Médica e Imunização e um Posto de Saúde da Área de Acolhimento. Além dessas estruturas, a célula também conta com a estrutura do Hospital Geral de Roraima, do Hospital da Mulher e da Clínica da criança.

O Posto de Atendimento Avançado é uma estrutura médica de campanha, montada para atender às necessidades dos migrantes, que conta com médicos, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros militares.

O PAA possui 20 leitos para internação de portadores de doenças de baixa e média complexidade. Caso a capacidade do PAA esteja esgotada, os pacientes são encaminhados para o Hospital de Pacaraima, que também conta com médicos militares. Migrantes que apresentam doenças de alta complexidade são conduzidos imediatamente ao Hospital Geral de Roraima, em Boa Vista.

**Figuras 15 e 16 - Vistas interna do PAA**



Fonte: Relatório de Preparo do 5º e demais Contingentes da FT Log Hum RR

#### 4.4 SITUAÇÃO ATUAL DAS FORÇAS ARMADAS NA OPERAÇÃO

Atualmente, a situação no Ordenamento de Fronteira encontra-se estável. Os órgãos e agências civis já têm plena capacidade de assumir os encargos da Operação sem o apoio logístico das Forças Armadas, no primeiro momento, a capacidade de Pronta Resposta do Estado para solução da crise esteve calcada no Estado de Prontidão das Forças Singulares que, rapidamente, ativaram um Comando Conjunto para, num ambiente interagências atuar contra à ameaça e instabilidade na fronteira e ao estresse dos aparelhos públicos do Estado de Roraima.

Todavia, após o enfrentamento inicial, o emprego das Forças Armadas deixou de ser essencial para o bom andamento da operação, o que direciona para o retraimento do braço forte, amigo e armado do Estado para a realização de sua atividade fim, o foco prioritário do Ordenamento da Fronteira é o controle do fluxo migratório, evitando a permanência de migrantes ilegais e possibilitando ao Estado a capacidade de obter dados para planejar ações em defesa da normalidade. A Polícia Federal, instituição responsável pelo controle das fronteiras, tem plena capacidade para tal e hoje já desempenha com normalidade tal atividade.

#### 5 ABRIGAMENTO - 2º EIXO

Quando se fala em abrigo significa fornecer estruturas físicas para alojar, de maneira digna, os migrantes vulneráveis e desassistidos que se submeteram ao processo de refúgio no Brasil. Sua principal finalidade é dar todo suporte de hotelaria, oferecendo aos

mesmos um local temporário de permanência, enquanto aguarda seu processo de interiorização ser concluído ou até que o migrante decida retornar para seu país de origem.

Os abrigos dão pleno suporte, enfatizando inúmeras funções logísticas, com destaque para a engenharia, pois disponibiliza água e a infraestrutura adequada para a permanência do indivíduo ou de famílias completas que aqui chegam.

O 6º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Boa Vista, esteve diretamente envolvido na montagem dos abrigos de Pacaraima e Boa Vista. Até fevereiro de 2020, a Acolhida operava nove abrigos, uma área de interiorização e um abrigo indígena, em Boa Vista, um abrigo indígena e um alojamento de passagem, em Pacaraima e um alojamento de passagem, em Manaus.

No total, eram cerca de 5.829 venezuelanos abrigados e uma capacidade de abrigamento de cerca de 7.642 pessoas, segundo o Sumário Diário de Situação Nº 058-FT Log Hum (SDS Nº 058). Segundo análise feita dos SDS dos meses de dezembro de 2019 até fevereiro de 2020, no que se refere ao número de ocupações, foi possível identificar uma média de 5.500 vagas de abrigo ocupadas por dia, demonstrando que a oferta a época de abrigos da Operação era satisfatória.

Todos os abrigos foram construídos ou reestruturados pelos militares da Força-Tarefa Logística Humanitária, com apoio de engenharia do 6º Batalhão de Engenharia de Construção. Estes abrigos seguem o padrão recomendado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), respeitando critérios de dimensão, espaçamento entre barracas, necessidade de estabelecimento de locais de convívio e ao número de banheiros, dentre outros.

Alguns abrigos são coordenados por militares da Força-Tarefa Logística Humanitária e outros pelo ACNUR. Entretanto, cabe a este comissariado apontar qual é o abrigo mais indicado para cada migrante (OLIVEIRA, 2018). Portanto, fica evidenciada a participação das Forças Armadas no fornecimento de infraestrutura digna aos desabrigados, bem como que tais abrigos já se encontravam estabelecidos, e necessitavam, apenas, serem mantidos e geridos pelos órgãos competentes. Cada abrigo possuía um público-alvo para ocupação: homens solteiros, mulheres solteiras, famílias e LGBTQIA+.

Os integrantes militares da Operação Acolhida oferecem todo o apoio logístico necessário ao seu funcionamento, executando obras e reparos de engenharia, segurança externa e interna, atenção médica e alimentação. No tocante ao apoio de alimentação, a Força-Tarefa Logística Humanitária fornece refeições quentes para os abrigos ocupados por não indígenas e gêneros secos para os indígenas, compatíveis com seus hábitos culinários.

No período de 20 de março a 20 de agosto de 2018, 1.029.000 refeições quentes e mais de 120 toneladas de gêneros secos foram entregues nos abrigos da Operação Acolhida (OLIVEIRA, 2018). Ou seja, a base do fornecimento de alimentos na fase inicial era a FT. Atualmente tem sido fornecidas 17.210 refeições diariamente para todos da Operação Acolhida em Boa Vista e 6.749 em Pacaraima, pela empresa de alimentos ISM, abrangendo Abrigos e toda equipe de trabalho.

Com o avanço e melhoramento da Operação e a participação de entes privados e agências estatais e não estatais, já seria possível atribuir essa atividade a um desses entes. A existência de abrigos na área urbana de Boa Vista merecia algumas reflexões. O ACNUR calcula que 60% dos refugiados e 80% dos deslocados no mundo vivem em áreas urbanas. Muitos evitam campos estabelecidos fora da área urbana, em decorrência da falta de oportunidades de trabalho.

No caso da Força-Tarefa Logística Humanitária, a decisão de estabelecimento de campos na área urbana de Boa Vista baseou-se no pressuposto de que seriam interiorizados 500 venezuelanos por mês. Essa quantidade foi mensurada pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, a qual, no contexto da Operação Controle, realizou a contagem dos migrantes venezuelanos que chegavam e deixavam o Estado de Roraima, tanto por meio terrestre, quanto por meio aéreo.

Após esse levantamento, verificou-se que, em média, 500 venezuelanos desassistidos permaneciam na cidade de Boa Vista a cada mês (OLIVEIRA, 2018). Assim, pode-se inferir a necessidade de incremento do eixo da interiorização para acelerar o processo de distribuição desses migrantes por todo o território nacional.

## 5.1 O ABRIGO JANAKOIDA

Este abrigo fica localizado na cidade de Pacaraima e é um dos abrigos ativados a mais tempo. Sua finalidade é atender às demandas de apoio logístico de transporte, alimentação, saúde e segurança dos migrantes venezuelanos indígenas, provenientes da etnia WARAU. Tem capacidade de abrigar cerca de 400 pessoas e é gerido pela Fraternidade Humanitária Internacional, tendo como coparticipantes a Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES) e a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons).

Os indígenas recebem os gêneros (café, almoço e jantar) e confeccionam suas próprias refeições, respeitando a cultura dos povos silvícolas. Além disso, são submetidos a visitas médicas diárias (COTER, 2019). O abrigo é comandado por 01 (um) Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais (Ten QAO), auxiliado por 02 (dois) Sargentos (Sgt), com a guarnição de serviço de 10 (dez) Cabos/Soldados (Cb/Sd).

**Figura 17 - Vista aérea do Abrigo Janakoida**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan - ChEMCj 6º Contingente

## 5.2 ALOJAMENTO DE PASSAGEM BV8

De acordo com o Compêndio N° 001/2019 – COTER, o Alojamento Boa Vista Nr 8 (BV-8) é de caráter temporário, usado para atender à demanda dos venezuelanos que estão em trânsito para a capital Boa Vista, seguindo o fluxo de Interiorização. Possui alojamentos destinados aos desassistidos com capacidade para abrigar cerca de 2000 pessoas, além de alugar aproximadamente mais 960 pessoas apenas para fins de pernoite.

**Figura 18 - Vista aérea do Alojamento BV-8**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan - ChEMCj 6º Contingente

Nele, encontram-se alojamentos específicos para homens, mulheres, famílias, bem como funcionam um refeitório, banheiros e áreas de apoio. A ideia força da missão é trazer dignidade para essa população carente dos direitos mais básicos de um ser humano. Fica sob o comando de um Tenente QAO, que possui três Sargentos (Sgt) como adjuntos e recebem uma guarnição de serviço diária.

### 5.3 LATIFE SALOMÃO

O Abrigo Latife Salomão foi um dos primeiros abrigos que foram estruturados para atender às demandas dos migrantes que estavam nas ruas e nas praças de Boa Vista. Atendia aos migrantes desassistidos nas condições de homossexuais de ambos os sexos, mulheres solteiras e famílias com filhos menores de 18 anos. Sua capacidade era de abrigar cerca de 538 pessoas e funcionava em horário integral, com a presença de dois porteiros nos acessos.

**Figuras 19 e 20 - Vista aérea e interna do Abrigo Latife Salomão**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan - ChEMCj 6º Contingente

Tinha como entidade gestora a Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) – Itália e disponibilizava sistema de pensão completa para fins de alimentação, com

três refeições quentes diárias (café, almoço e janta). Possuía, ainda, atendimento médico diário. Era coordenado por um Ten QAO, que possuía dois ST/Sgt, como Adjuntos e era apoiado, pelo Cmdo da 1ª Bda Inf SI, com uma guarnição de dois soldados para realizar a segurança, como consta do Compêndio Nº 001/2019 – COTER. Foi desativado em janeiro de 2022.

#### 5.4 ABRIGO PINTOLÂNDIA

O Abrigo PINTOLÂNDIA era a área de acolhimento de migrantes mais antiga de Boa Vista. Tinha como marco de criação o dia 27 de dezembro de 2016. Sua missão era acolher migrantes indígenas provenientes da Venezuela. Para o cumprimento desse objetivo, era realizado apoio logístico em transporte, alimentação e saúde, atendia às etnias warau e eñepa, com capacidade de abrigar cerca de 590 pessoas.

Funcionava em horário integral e contava com a presença de dois porteiros nos acessos, sugeria a capacidade de prover sua sequência sem emprego das FA para tal. Segundo o Compêndio Nº 001/2019 – COTER, tinha como entidade em apoio direto a Fraternidade Federação Humanitária Internacional - FHI e disponibilizava gêneros para que os indígenas confeccionem sua alimentação. Possui, ainda, atendimento médico diário. Era coordenado por um Ten QAO, que possuía dois ST/Sgt, como Adjuntos e era apoiado, pelo Cmdo da 1ª Bda Inf SI, com uma guarnição de dois soldados para realizar a segurança. Foi desativado em novembro de 2022.

**Figuras 21 e 22 - Vista aérea e interna do Abrigo Pintolândia**



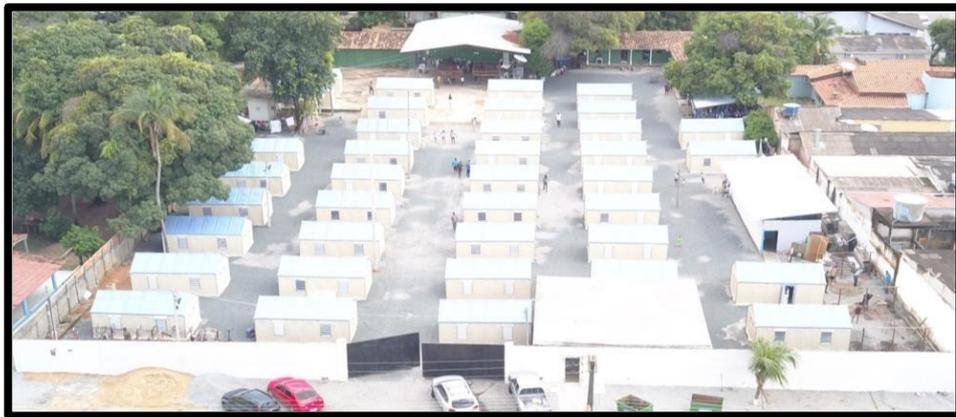
Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan - ChEMCj 6º Contingente

#### 5.5 ABRIGO SÃO VICENTE II

O Abrigo São Vicente II, localizado em Boa Vista, não possuía nenhuma característica peculiar. Sua missão era acolher famílias de migrantes desassistidos, prestando apoio logístico em transporte, alimentação e saúde, assim como dando suporte para a interiorização. Sua capacidade era de abrigar cerca de 286 pessoas e funcionava em horário integral, com a presença de dois porteiros nos acessos.

Tinha como entidade gestora a Fraternidade Sem Fronteiras e disponibilizava sistema de pensão completa para fins de alimentação, com três refeições quentes diárias (café, almoço e janta). Possuía, ainda, atendimento médico diário. Era coordenado por um Ten QAO, que possuía dois ST/Sgt, como Adjuntos e era apoiado, pelo Cmdo da 1ª Bda Inf SI, com uma guarnição de dois soldados para realizar a segurança, segundo o Compêndio N° 001/2019 – COTER. Foi desativado em novembro de 2021.

**Figura 23 - Vista aérea do Abrigo São Vicente II**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan - ChEMCj 6º Contingente

#### 5.6 ABRIGO TANCREDO NEVES (ATN)

Este abrigo era uma das áreas de acolhimento de migrantes mais antigas de Boa Vista, tendo sido criado em 30 de outubro de 2017, segundo o Compêndio N° 001/2019 – COTER. Naquele momento, o efetivo de venezuelanos, que se abrigavam no ATN, ultrapassava oitocentas pessoas, distribuídas entre casais e crianças, solteiros e solteiras, todos oriundos de diversas localidades da Venezuela.

Acolhia venezuelanos trazidos pelo Posto de Triagem de Boa Vista ou Pacaraima, depois, passou a ser destinado, a casais sem filhos, casais homossexuais de ambos os sexos e homens solteiros. As principais funções logísticas eram, transporte, suprimento e saúde.

Entretanto, a engenharia teve grande preponderância na reestruturação do abrigo, onde realizou diversas obras para garantir sua salubridade.

Sua capacidade era de abrigar cerca de 300 pessoas e funcionava em horário integral, com a presença de dois porteiros nos acessos. De acordo com o Compêndio N° 001/2019 – COTER tinha como entidade gestora a Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FHI) e disponibilizava sistema de pensão completa para fins de alimentação, com três refeições quentes diárias (café, almoço e janta) e executava, ainda, atendimento médico diário. Era coordenado por um Ten QAO, que possuía dois ST/Sgt, como Adjuntos e era apoiado, pelo Cmdo da 1ª Bda Inf SI, com uma guarnição de dois soldados para realizar a segurança. Foi desativado em dezembro de 2022.

**Figuras 24 e 25 - Vistas do abrigo antes da Op Acolhida**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan - ChEMCj 6º Contingente

**Figuras 26 e 27 - Vista do abrigo depois de iniciada a Operação**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan - ChEMCj 6º Contingente

## 5.7 ABRIGO JARDIM FLORESTA

Localizado em Boa Vista, este abrigo foi estruturado visando a gerenciamento das atividades de controle e bem-estar social dos abrigados, promovia, em coordenação com as agências, atividades esportivas, sociais, religiosas, de segurança e de lazer. Sua missão era a de

acolher famílias de migrantes desassistidos e pessoas com deficiência, as principais funções logísticas passaram a ser, transporte, suprimento e saúde.

Entretanto, a engenharia teve grande preponderância na construção do abrigo. Sua capacidade era de abrigar cerca de 600 pessoas e funcionava em horário integral, com a presença de dois porteiros nos acessos. Tinha como entidade gestora a NRC e disponibilizava sistema de pensão completa para fins de alimentação, com três refeições quentes diárias (café, almoço e janta). Possuía, ainda, atendimento médico diário.

Segundo o Compêndio N° 001/2019 – COTER era coordenado por um Ten QAO, que possuía dois ST/Sgt, como Adjuntos e era apoiado, pelo Cmdo da 1ª Bda Inf SI, com uma guarnição de dois soldados para realizar a segurança.

Foi mudada sua estrutura de acolhimento em 2022 e passou a abrigar 460 migrantes indígenas e hoje é coordenado por um Tenente QAO e um Sargento como adjunto.

**Figuras 28 e 29 - Vistas do abrigado durante e depois das obras**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan - ChEMCj 6º Contingente

## 5.8 ABRIGO NOVA CANAÃ

O abrigo foi estruturado para atuar em parceria com a ONG Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FHI), em uma gestão compartilhada, coordenando e cooperando com os assuntos de segurança, infraestrutura e logística. Localiza-se em Boa Vista e acolhia famílias de migrantes desassistidos, realizava apoio logístico em transporte, alimentação e saúde, assim como dava suporte para a interiorização. Sua capacidade era de abrigar cerca de 380 pessoas e funcionava em horário integral, com a presença de dois porteiros nos acessos.

Disponibilizava sistema de pensão completa para fins de alimentação, com três refeições quentes diárias (café, almoço e janta) e possuía atendimento médico diário. Era coordenado por um Ten QAO, que possuía dois ST/Sgt, como Adjuntos e era apoiado, pelo

Comando da 1ª Bda Inf SI, com uma guarnição de dois soldados para realizar a segurança, segundo o Compêndio Nº 001/2019 – COTER. Foi desativado em dezembro de 2022.

**Figuras 30 e 31 - Vistas aérea e interna do Abrigo Nova Canaã**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan - ChEMCj 6º Contingente

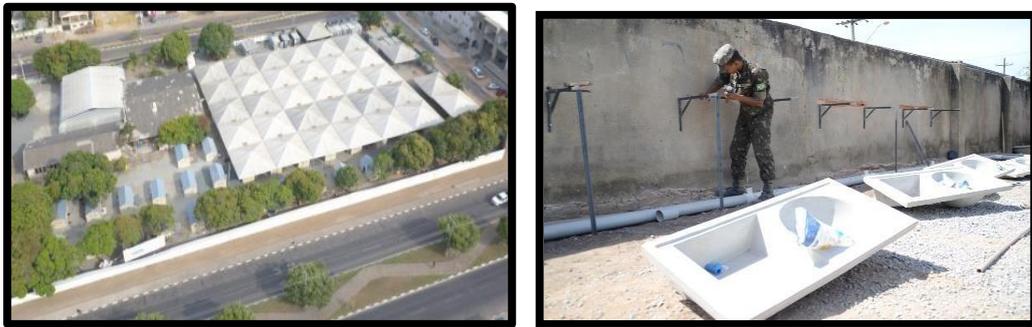
### 5.9 ABRIGO SÃO VICENTE I

Este abrigo foi estruturado para atuar em parceria com a ONG Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), em uma gestão compartilhada, coordenando e cooperando com os assuntos de segurança, infraestrutura e logística.

Sua missão era acolher, na cidade de Boa Vista, famílias de migrantes desassistidos nas condições de homossexuais de ambos os sexos e famílias com filhos menores de 18 anos, oferecendo apoio logístico em transporte, suprimento e saúde. Segundo Honorato, os gêneros eram fornecidos pela 1ª Bda Inf SI e, a seguir, a Igreja Consolata preparava e distribuía as comidas.

Sua capacidade era de abrigar cerca de 378 pessoas e funcionava também em horário integral, com a presença de dois porteiros nos acessos (Honorato, 2019). Disponibilizava sistema de pensão completa para fins de alimentação, com três refeições quentes diárias (café, almoço e janta), possuía atendimento médico diário. E era coordenado por um Ten QAO, que possuía dois ST/Sgt, como Adjuntos e apoiado, pelo Comando da 1ª Bda Inf SI, com uma guarnição de dois soldados para realizar a segurança, segundo o Compêndio Nº 001/2019 – COTER. Foi desativado em novembro de 2021.

**Figuras 32 e 33 - Montagem de área de lavagem e vista aérea do abrigo**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan - ChEMCj 6º Contingente

#### 5.10 ABRIGO SANTA TEREZA

O Abrigo Santa Tereza foi estruturado para coordenar as atividades de manutenção e de funcionamento de um dos acampamentos de abrigados estrangeiros, predominantemente de venezuelanos, podendo haver refugiados de outras nacionalidades. Localizado na cidade de Boa Vista, sua missão era acolher famílias de migrantes desassistidos nas condições de casais sem filhos e homens solteiros. Para isso, realizava apoio logístico em transporte, saúde e alimentação, que era preparada e distribuída pela empresa contratada ISM, a qual produzia cerca de 1.196 refeições diárias (HONORATO, 2019), sendo mais um exemplo de que as FA, atualmente, podem se afastar dessa logística de alimentação. Sua capacidade era de abrigar cerca de 602 pessoas e funcionava em horário integral, com a presença de dois porteiros nos acessos.

Tinha como entidade gestora a NRC e disponibilizava sistema de pensão completa para fins de alimentação, com três refeições quentes diárias (café, almoço e janta). Possuía, ainda, atendimento médico diário e era coordenado por um Ten QAO, que possuía dois ST/Sgt, como Adjuntos e apoiado, pelo Cmdo da 1ª Bda Inf SI, com uma guarnição de dois soldados para realizar a segurança, segundo o Compêndio N° 001/2019 – COTER. Foi desativado em novembro de 2021.

**Figura 34 - Vista aérea do Abrigo Santa Tereza**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Hércules – ChEMCj 15º Contingente

### 5.11 ABRIGOS RONDON

Era um conjunto de três abrigos que visavam atender a demanda crescente por vagas em função do aumento do fluxo migratório venezuelano, bem como preparar as famílias para a interiorização para outros Estados brasileiros (HONORATO, 2019). Localizavam-se no Setor Militar Marechal Rondon em Boa Vista – RR, estando nas áreas próximas a sede da FT Log Hum RR, ao Comando da 1ª Bda Inf SI e ao lado da sede da Polícia Federal.

O primeiro destes abrigos a entrar em operação foi o Rondon I, que foi estruturado para atuar em parceria com a ONG AVSI em uma gestão compartilhada, coordenando e cooperando com os assuntos de segurança, infraestrutura e logística, segundo o Compêndio Nº 001/2019 – COTER.

Sua estrutura permitia abrigar cerca de 770 pessoas, sendo voltado para famílias. Fornecia, em média, 1.940 refeições entre café, almoço e jantar, as quais eram elaboradas e distribuídas por empresa contratada (DUARTE, 2019). Atualmente este abrigo tem capacidade para 1841 pessoas, compostas de famílias, grupos LGBTQIA+ e pessoas solteiras. As refeições continuam sendo preparadas pela mesma empresa.

Novamente fica claro que as FA não precisam seguir engajadas no eixo do abrimento, bem como nas tarefas logísticas envolvida nessa atividade. Disponibiliza sistema de pensão completa para fins de alimentação, com três refeições quentes diárias (café, almoço e janta) e possui atendimento médico diário. É coordenado por um Oficial Superior, tendo um Ten QAO como Adjunto e dois ST/Sgt, auxiliares. Para a segurança, é apoiado pelo Cmdo da 1ª Bda Inf SI com uma guarnição de dois soldados, segundo o Compêndio Nº 001/2019 – COTER.

**Figura 35 - do Setor Militar Marechal Rondon**



Fonte: Duarte, 2019.

**Figuras 36 e 37 - Vista aérea e interna do Abrigo Rondon I**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan – ChEMCj 6º Contingente

**Figura 38 – Imagem atual deste Abrigo**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Hércules – ChEMCj 15º Contingente

O Abrigo Rondon II foi estruturado para cooperar com os governos federal, estadual e municipal, em conjunto com as agências humanitárias, nas medidas de assistência emergencial para suporte no processo de interiorização. Promovia o acolhimento de migrantes, provenientes da Venezuela, por intermédio de apoio logístico em alimentação, segurança, saúde e em transporte.

É a última etapa a ser cumprida pelos migrantes que serão interiorizados em outras cidades do Brasil em busca de condições melhores de vida, tendo sido inaugurado em 9 de setembro de 2018. Em agosto de 2019, sua capacidade era de 600 migrantes, de acordo com relatório da FT Log Hum RR (2019), sendo utilizado como uma área de espera para a interiorização dos migrantes que já passaram pelo processo de triagem e seleção. Disponibilizava cerca de 1.851 refeições, divididas entre café, almoço e jantar, considerando que todas a alimentação era preparada e fornecida por empresa contratada (HONORATO, 2019).

Funcionava em horário integral, com a presença de dois porteiros nos acessos e se destina famílias de migrantes desassistidos, homossexuais, mulheres e homens solteiros prontos para serem interiorizados. Tinha como entidade gestora a AVSI e disponibilizava sistema de pensão completa para fins de alimentação, com três refeições quentes diárias (café, almoço e janta).

Possuía, ainda, atendimento médico diário e era coordenado por um Ten QAO, que possuía dois ST/Sgt, como Adjuntos e era apoiado, pelo Cmdo da 1ª Bda Inf SI, com uma guarnição de dois soldados para realizar a segurança, segundo o Compêndio N° 001/2019 – COTER. Foi desativado em dezembro de 2022.

**Figura 39 - Vista aérea do Abrigo Rondon II**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan – ChEMCj 6º Contingente

Inaugurado em 21 de outubro de 2018, o Abrigo Rondon III foi o último a entrar em operação. Possuía capacidade para abrigar cerca de 1.136 famílias de migrantes desassistidos, homossexuais, mulheres e homens solteiros. Sua demanda diária era de cerca de 3.038 refeições, que eram preparadas e fornecidas por empresa contratada (Honorato, 2019), destacando o afastamento do Exército da tarefa de alimentar os migrantes.

Sua entidade gestora era a AVSI e disponibilizava sistema de pensão completa para fins de alimentação, com três refeições quentes diárias (café, almoço e janta). Possuía, ainda, atendimento médico diário e era coordenado por um Ten QAO, que possuía dois ST/Sgt, como Adjuntos e era apoiado, pelo Cmdo da 1ª Bda Inf SI, com uma guarnição de dois soldados para realizar a segurança, segundo o Compêndio N° 001/2019 – COTER. Foi desativado em dezembro de 2022.

**Figura 40 - Vista aérea do Abrigo Rondon III**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Urubatan – ChEMCj 6º Contingente

De todos esses Abrigos atualmente só existem o Rondon I e agora o V, com capacidade para abrigar cerca de 2046 e 1000, famílias, respectivamente, de migrantes desassistidos, homossexuais, mulheres e homens solteiros. Com a mesma sistemática de apoio logístico. Abrigo Rondon V, inaugurado no ano de 2022 e é composto por 1000 migrantes de todos os gêneros que já estão na fase final para serem interiorizados para as demais partes do país.

**Figura 41 - Vista aérea do Abrigo Rondon V**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Hércules – ChEMCj 15º Contingente

## 5.12 ABRIGO PRICUMÃ

Abrigo Pricumã, inaugurado no ano de 2022 e é composto por 1368 migrantes de todos os gêneros que possuem alguma enfermidade e estejam em tratamento. Coordenado por um capitão, um tenente e um sargento.

**Figura 42 - Vista aérea do Abrigo Pricumã**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Hércules – ChEMCj 15º Contingente

## 5.13 ABRIGO TUARANOKO

Abrigo Tuaranoko, inaugurado no ano de 2022 e é composto por 1500 migrantes indígenas. Coordenado por um capitão e um tenente.

**Figura 43 - Vista aérea do Abrigo Tuaranoko**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Hércules – ChEMCj 15º Contingente

### 5.13.1 Abrigos no ano de 2023

Atualmente em decorrência do grande trabalho realizado pela FT Log Humanitária no que se refere ao abrigamento, têm-se observado uma grande redução no número de abrigos, pois inicialmente foram criados 11 abrigos para realizar o eixo do abrigamento e neste ano de 2023 este número reduziu para 05 abrigos como se pode ver no quadro abaixo:

Quadro 01- Redução dos abrigos em capacidade de migrantes

<b>ABRIGOS DE BOA VISTA</b>	<b>Capacidade máxima de migrantes</b>
<b>RONDON I</b>	<b>2046</b>
<b>RONDON V</b>	<b>1000</b>
<b>PRICUMÃ</b>	<b>1368</b>
<b>TUARANOKO</b>	<b>1500</b>
<b>JARDIM FLORESTA</b>	<b>460</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6374</b>

Fonte: Honorato (2019) - adaptado.

### 5.14 ALOJAMENTO DE TRÂNSITO DE MANAUS (ATM)

O abrigamento em Manaus que foi iniciado em junho de 2019, fruto do Plano Operacional Nr 02, ativação da Base Manaus (MOp 011-D Intensificação nas ações de interiorização, de 25 JUN 19) que regula as condicionantes para a abertura dessa nova frente da Operação Acolhida.

Na cidade de Manaus possui um alojamento de trânsito, vocacionado especificamente para a interiorização, devido à melhor integração de linhas aéreas, comparada à Boa Vista, com o restante do Brasil (HONORATO, 2019). Dessa forma, a cidade se tornou uma espécie de “HUB” de interiorização, além de descongestionar o fluxo intenso no eixo Pacaraima - Boa Vista. Entretanto, capacidade de atendimento nesse alojamento é relativamente reduzida, posto que a interiorização é foco principal.

**Figuras 44 e 45 - Vista externa e interna do ATM**



Fonte: Acervo pessoal do Cel Hércules – ChEMCj 15º Continge

### **5.15 CONDIÇÃO ATUAL DO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS**

As estruturas de abrigamento antes do início da Operação Acolhida eram bastante precárias. A partir do início da Operação, o apoio logístico das Forças Armadas, em especial a força de trabalho do Exército Brasileiro, com destaque para o 6º Batalhão de Engenharia de Construção, o qual proporcionou a melhoria das instalações, dando assim, as condições mínimas de dignidade e salubridade aos refugiados venezuelanos.

A capacidade de absorção de migrantes foi robustecida e o número de vagas nos abrigos chegou a 7.642 pessoas com uma média de ocupação de 5.500 migrantes por dia, demonstrando que a oferta atual de abrigos da Operação é satisfatória. Da mesma maneira, a função logística suprimento, que inicialmente era extremamente dependente das Forças Armadas, atualmente já possui doações de fornecedores privados, ONGs e instituições de caridade, bem como possui contratos com empresas privadas para fornecimento, confecção e distribuição de alimentos. No que tange a função logística de saúde, ONGs e Organismos Internacionais cada vez mais têm contribuído com esse tipo de apoio, reduzindo a dependência do apoio das Forças Armadas.

O fluxo de venezuelanos está cada dia mais controlado, o que demonstra uma situação de estabilidade do processo migratório. O objetivo não é construir mais abrigos, mas sim interiorizar os venezuelanos ou integrá-los como mão-de-obra em Roraima. Há, ainda, um plano de contingenciamento para a hipótese da entrada exacerbada de venezuelanos no Estado de Roraima.

Previu-se a estruturação de um grande abrigo com capacidade para 5 mil pessoas, afastado da cidade de Boa Vista, caso haja uma entrada abrupta de venezuelanos no País (Honorato, 2019). Por tudo isso, nota-se que a atuação das Forças Armadas, fundamental para o embate inicial da crise por seus meios, tanto em material quanto em pessoal, bem como por seu estado permanente de prontidão para responder às necessidades do Estado Brasileiro com celeridade, atualmente, deixaram de ser essenciais, já que as estruturas já estão montadas e em pleno funcionamento.

Dessa forma, o Governo do Estado de Roraima e as instituições vocacionadas para combater calamidades públicas, como a Secretaria Nacional de Defesa Civil, podem dar seguimento às atividades sem o apoio das Forças Armadas, para que essas possam retomar seu foco para a atuação na Defesa Nacional, atividade para qual são vocacionadas.

## **6. A ESTRATÉGIA DE INTERIORIZAÇÃO**

### **6.1 PORQUE A INTERIORIZAÇÃO É IMPORTANTE**

Mesmo com a organização das medidas de assistência emergencial para acolhimento dos refugiados e migrantes venezuelanos vulneráveis, o grande influxo de venezuelanos em Roraima tem sido permanente e ininterrupto, ocasionando saturação na capacidade de atendimento nos mais diversos serviços públicos nas cidades do estado. Além disso, há o fato de o estado de Roraima e a cidade de Boa Vista serem razoavelmente pequenos em termos populacionais e no que tange à dinamicidade econômica.

Neste sentido, à medida que se amplia o fluxo de venezuelanos, torna-se dificultoso cada vez mais ofertá-los regularmente os serviços públicos, ou seja, (saúde, educação, assistência social, segurança). Crescendo assim, a dependência das ações federais de assistência, como abrigamento e alimentação, de caráter emergencial.

Diante desse cenário, o deslocamento planejado dos migrantes para outras unidades da federação é uma alternativa essencial para promoção de reais condições de inclusão socioeconômica dos refugiados e migrantes e suas famílias na sociedade brasileira, além de aliviar a pressão sobre os serviços públicos de Roraima. Considera-se que, ao deslocar parte do contingente de venezuelanos atualmente localizados em Roraima para outros estados, também haverá melhora nas condições de empregabilidade e inclusão social daqueles que optarem por ficar no estado e melhoria no acesso aos serviços públicos locais.

Dessa forma, a interiorização consiste em integrar os migrantes à sociedade brasileira em outros Estados da Federação, distribuindo esse contingente de forma equilibrada, já possuindo um destino certo para sua inclusão social e econômica. Buscam-se, cidades que ofereçam oportunidades de emprego, vagas no sistema educacional e oferta de moradia para que os migrantes possam reconstruir suas vidas no Brasil. Sua finalidade é evitar a sobrecarga no Estado de Roraima, incapaz de absorver um efetivo tão elevado de habitantes em situação de vulnerabilidade.

### **6.2 DESAFIOS DA INTERIORIZAÇÃO DE MIGRANTES E REFUGIADOS**

É importante salientar que, dada a conjunção de fatores complexos que move esses indivíduos em direção ao processo migratório, há grande necessidade de apoio do poder público em áreas como educação, saúde, assistência social e emprego. As políticas públicas relativas à

migração e ao refúgio precisam ter natureza multidimensional além de articular iniciativas em diversos setores governamentais. Há a necessidade de integração horizontal, isto é, na mesma esfera do poder público e entre distintas áreas temáticas; e há também necessidade de articulação vertical, entre esferas diferentes do poder público. No caso da estratégia de interiorização, essa articulação vertical é essencial, já que as cidades de destino fora do território do estado de Roraima precisam estar de acordo e se organizarem para receber os venezuelanos interiorizados, ofertando o apoio público necessário.

O próprio conceito de integração local, cerne da estratégia de interiorização, evidencia a multidimensionalidade das políticas migratórias, já que integração pressupõe fatores e aspectos de diversas esferas da vida humana: econômica, social, política, religiosa, psicológica, cultural, etc. O termo ‘integração local’ “faz referência ao processo que se desenvolve quando o refugiado passa a interagir em novo contexto, no país de destino, em meio à comunidade receptora” (BERTINO, 2014, p.88).

Muitas vezes compreendido como um processo de direção única, por meio do qual os refugiados e migrantes se adaptam a um determinado contexto cultural, político e social pré-existente, estudiosos do tema tem ressaltado o aspecto dialético do processo de integração local de migrantes (CASTLES, 2002; KUHLMAN, 1991).

Isso significa dizer que a integração é um processo de via dupla: assim como os refugiados e migrantes precisam se adaptar à sua nova realidade, a sociedade receptora também precisa ajustar-se à presença dos mesmos e as mudanças que ela pode trazer. Integração bem-sucedida só acontece se a “sociedade receptora provê acesso a trabalho e serviços, e a aceitação dos migrantes na interação social” (CASTLES, 2002, p. 113). Numa primeira aproximação, pode-se dizer que para uma integração são necessários ao menos três elementos: Processo de integração e acolhimento do migrante, de modo a encorajá-lo a constituir vínculos sociais por si próprio; Educação para língua e cultura; Promoção de ações de empregabilidade e geração de renda para autonomia financeira.

O primeiro passo para alcançar a integração local é o conceito de autossuficiência, ou seja, a habilidade do indivíduo, da família ou comunidade de conseguir suprir suas necessidades essenciais e usufruir de direitos econômicos de forma sustentável e com dignidade. Tornando-se autossustentáveis, os refugiados e pessoas deslocadas poderão viver de forma ativa e produtiva sendo capazes de construir laços sociais, econômicos e culturais com a comunidade onde eles foram acolhidos. A autossuficiência pode assegurar que os refugiados estejam mais

protegidos pelo fortalecimento de sua capacidade de reivindicar seus direitos civis, culturais, políticos e econômicos.

Tamanha complexidade e amplitude do termo integração trazem consequências para o desenho de políticas públicas, uma vez os atores e instituições envolvidos no tema podem ter diferentes entendimentos sobre o conceito e, portanto, usar distintos critérios para desenhar e avaliar suas iniciativas de integração para migrantes.

Alguns autores sugerem o uso do termo inclusão, principalmente no campo das políticas públicas, já que se refere a “como migrantes e refugiados têm acesso, usam, participam e se beneficiam de um senso de pertencimento a determinada área da sociedade” (CASTLES, 2002, p.115). A partir desse conceito, é mais fácil identificar as áreas e responsáveis por iniciativas de inclusão.

Pesquisa realizada pela governança da Operação Acolhida, com o apoio do ACNUR, sobre o perfil laboral e sociodemográfico dos migrantes venezuelanos que se encontram em Roraima, questionou os migrantes sobre a possibilidade de deslocamento para outras regiões do país e perspectivas de retorno à Venezuela. 77% dos migrantes estavam dispostos a ir para outros estados brasileiros. Entre as demandas apresentadas para aceitar o deslocamento interno, 80% disse estar disposto a se deslocar se houver trabalho, 11,2% mencionou ajuda econômica e 5,2% se dispôs a mudar de estado se fosse concedido auxílio com moradia. A pesquisa corrobora a intenção da maioria dos venezuelanos de seguirem viagem para outros estados brasileiros ou outros países da região, dado também comprovado pelos relatórios migratórios da Polícia Federal. Registros do Posto de Triagem, na fronteira de Pacaraima, demonstram que 72% das pessoas declaram o desejo de se interiorizar. Esses resultados demonstram a importância da dimensão econômica para a integração, do ponto de vista dos próprios migrantes e refugiados.

Considerando tais questões, a estratégia de interiorização tem focado em ações para inclusão social e econômica dos migrantes, sem, contudo, desconhecer a diversidade das necessidades dos refugiados e migrantes como sujeitos integrais. Em resumo conforme Kanaan (2019), a interiorização se apresenta como reação à crise migratória:

- [...] a. Esgotamento da capacidade de absorção socioeconômica da cidade de Boa Vista e do estado de Roraima, dada o crescimento regular do contingente de refugiados e migrantes;
- b. Dificuldade da cidade de Boa Vista e do estado de Roraima na manutenção da prestação regular de serviços públicos, dado a grande ampliação da demanda promovida pela entrada de refugiados e migrantes;

- c. Interesse dos próprios venezuelanos no deslocamento para outros estados brasileiros;
- d. Maiores chances de inclusão socioeconômica para os refugiados e migrantes em outros estados e municípios;
- e. Com a interiorização e a redução do número de venezuelanos em Roraima, também haverá melhora nas condições de vida daqueles que optarem por ficar no estado e da própria população roraimense, já que haverá redução da concorrência no mercado laboral e no acesso aos serviços públicos. [...] (KANAAN, 2019, p. 17)

### 6.3 A INTERIORIZAÇÃO PROPRIAMENTE DITA

A partir do reconhecimento desses fatores, planejou-se a interiorização, com o estabelecimento de critérios de seleção e metodologia para a seleção, deslocamento, acolhimento temporário além da inserção socioeconômica dos solicitantes que se encontram em situação de vulnerabilidade no estado de Roraima.

Alguns venezuelanos cruzam a fronteira brasileira para empreender viagens por conta própria dentro do território ou usando o Brasil como acesso a outros países da América do Sul de matriz linguística espanhola. Assim, o processo de interiorização encabeçado pelo Estado prioriza os refugiados e migrantes que estejam acolhidos nos abrigos da Operação. Migrantes venezuelanos que vivem nas ruas, em condições precárias e dependentes de doações da sociedade civil, poderão se beneficiar deste processo também.

Para que a interiorização aconteça o Governo Federal faz a articulação política entre os governos municipal e estadual do destino, a fim de identificar seus respectivos interesses além de levantar as redes de serviços (públicas ou privadas) disponíveis. Segundo Kanaan (2019):

Essa mobilização é essencial para sensibilizar quanto ao tema e à acolhida dos refugiados e migrantes. Se por um lado, reconhece-se o papel histórico e a expertise da sociedade civil no acolhimento e no tratamento das demandas dos refugiados e migrantes no país, também se reconhece a necessidade do envolvimento de todos os atores relativos ao tema, de modo a fortalecer a rede de atenção aos refugiados e migrantes. Tal ação parte da premissa de que a sociedade receptora precisa ser envolvida na interiorização, já que é parte essencial do processo de inclusão dos refugiados e migrantes (KANAAN, 2019, p. 22).

Para esta finalidade, o Governo Federal, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do ACNUR tem visitado diversas cidades de destino para a realização das ações. Durante estas visitas ocorrem reuniões de articulação com atores

governamentais e não-governamentais, a fim de se discutir a possibilidade de recepção de refugiados e migrantes venezuelanos em sua cidade/ estado. O objetivo é identificar as possibilidades de acolhimento e de ações de promoção da inclusão social e econômica, a partir das redes existentes. O reconhecimento da multidimensionalidade da integração local dos refugiados e migrantes pressupõe o envolvimento de diversos atores e a organização em rede.

Para as Forças Armadas, a função logística transporte é mais destacada nesta etapa final da Operação Acolhida, tendo em vista o deslocamento dos venezuelanos para o interior do Brasil por meio do modal aéreo, com preponderância da Força Aérea Brasileira e rodoviário, com preponderância para o Exército Brasileiro.

O modal aéreo é mais utilizado para o deslocamento de saída de Boa Vista e Manaus para as capitais dos Estados. A partir daí os deslocamentos ocorrem por meio rodoviário, levando os migrantes para cidades do interior destes entes federativos. A Organização Internacional de Migrações (OIM) é a organização responsável pela operacionalização da interiorização, a partir de Memorando de Entendimento assinado junto à Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.

Os critérios para interiorização são: regularização migratória, imunização, avaliação clínica de saúde e assinatura do termo de voluntariedade. A prioridade é para os migrantes residentes em abrigos públicos de Roraima (HONORATO, 2019). O eixo da Interiorização é bastante transversal e perpassa por todos os outros da Operação. Em linhas gerais, o migrante pode entrar no Brasil nas condições de desassistidos, vulneráveis, solicitação de residência temporária ou de refúgio. Dentro de cada forma de ingresso, existe um fluxo processual e de atendimento, os quais serão abordados a partir de agora, de forma sucinta e ilustrativa.

A célula de emprego D12 encontra-se dividida em vários setores, trabalhando de forma bastante descentralizada, sob coordenação do chefe da célula, que se encontra na Base de Boa Vista, junto ao Coordenador da FT e seu Estado Maior. A célula, segundo Relatório de Preparo do 5º Contingente da Força Tarefa Logística Humanitária em Roraima, é comandada por um Cel, tendo como Adj outro Cel/TC; um Oficial TI (Ten) como auxiliar.

É composta por uma Equipe de Revisão de Processos, chefiada por um Cap/Ten; uma Equipe de Reunificação Familiar/Reunião Social, chefiada por um Capitão de Fragata/Corveta Adjunto e composta por um Cap/Ten e 5 ST/Sgt; um TC/Maj Adjunto, chefe da Equipe Pessoal com Vaga de Emprego Sinalizada (PVES), composta por um Cap/Ten, um SO/Sgt (Marinha) e sete ST/Sgt, responsáveis pela busca de vaga; um Cap/Ten, chefe da equipe de entrevista/processo, composta por oito ST/Sgt; um Maj/Cap Adjunto chefe da equipe de Apoio

Social, composta por dois Ten/ST/Sgt, um SO (Marinha) e quatro ST/Sgt; um Oficial Superior Adjunto de Logística de Interiorização; um Cap/Ten, chefe do COA; um Cap/Ten QAO, responsável pelo Fretamento Modal; um Cap/Ten QAO, responsável pela Cooperação Empresas Aéreas, auxiliado por um ST/Sgt; e um Equipe de Aquisição de passagens, chefiada por um Cap/Ten QAO, composta por seis ST/Sgt.

## **7 ANÁLISE E RESULTADOS**

### **7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE INTERIORIZAÇÃO**

A estrutura organizacional da interiorização, na sua vertente militar, é composta pela célula D12, os Posto de Interiorização e Triagem (PI Trig), os Alojamentos de Trânsito, os Abrigos e 12 Células de Interiorização Regionais (CIR). Segundo a Diretriz para Criação dos Centros de Interiorização Regional (CIR), emitida pelo COTER em fevereiro de 2020, os CIR são compostos por Casas de Passagem (CP) e Escritório de Interiorização Regional (EIR), tendo por missão viabilizar e fomentar a interiorização regional/local em coordenação e supervisão da atividade central de Interiorização realizada pelo FT Log Hum.

São integrados, ainda, por instituições dos Governos Federal, Estadual e Municipal; agências da ONU; ONG; sociedade civil e uma célula de interiorização regional coordenada pela FT Log Hum. Possuem as tarefas de recepcionar interiorizados, atendendo demandas existentes, buscar a integração socioeconômica dos interiorizados, articular, coordenar e divulgar as ações junto aos atores locais, fomentar a capacitação de interiorizados, buscar vagas de trabalho, capacitar os receptores, monitorar a interiorização regional/local, com foco nas condições socioeconômicas, de segurança e de proteção e sensibilizar os gestores de abrigos existentes em várias cidades, com o objetivo de aumentar as vagas.

Estão sendo instaladas na 1ª RM: Rio de Janeiro, 2ª RM: São Paulo, 3ª RM: Porto Alegre, 4ª RM: Belo Horizonte, 5ª RM: Curitiba, 6ª RM: Salvador, 7ª RM: Recife, 8ª RM: Belém, 9ª RM: Campo Grande, 10ª RM: Fortaleza, 11ª RM: Brasília e 12ª RM: Manaus.

Nos PI Trg, são realizadas oficinas de identificação, confecção de documentos, como CPF, imunização, pesquisa social, tratamento de enfermidades, cadastramento no Sistema Acolhedor e designação dos refugiados aos abrigos relacionados a seu perfil. Os Abrigos são estruturas estabelecidas nos municípios para acolher os refugiados e migrantes por tempo determinado até a sua integração socioeconômica regional. Os Alojamentos de Trânsito são estruturas estabelecida em Pacaraima/RR e Manaus/AM, a fim de alojar temporariamente os

refugiados e migrantes que estão em processo de interiorização. As Casas de Passagem são locais próximo ao destino final, organizado e mantido pela sociedade civil, designado para ser um ponto de apoio intermediário entre a estrutura de chegada (aeroporto, porto, rodoviária, etc) e o destino final.

São usados, via de regra, toda vez que há dentro de uma mesma cidade (grandes cidades ou grandes centros populacionais), vários receptores com endereços de destino final distintos. Esse local tem capacidade de alojar e alimentar os migrantes interiorizados que não conseguem ser conectados com seu receptor final. A casa de passagem pode ser utilizada, também, para a troca de modal (Aéreo para Terrestre, Fluvial para Aéreo ou Terrestre), como consta da Diretriz para Criação dos Centros de Interiorização Regional (Dtz CIR, 2020). Por sua vez, os EIR têm por finalidade planejar e executar as tarefas definidas pela FT Log Hum, previamente, de acordo com as características e especificidades de sua região. O estado final desejado é de que todos os migrantes estejam em condições de ser interiorizados em um dos processos existentes, no mais curto espaço de tempo, evitando a instabilidade nas regiões afetadas pela crise migratória venezuelana.

## 7.2 FLUXOS DE INTERIORIZAÇÃO

De acordo com o relatório da célula D12-PAC, célula de interiorização de Pacaraima, os fluxos de interiorização foram definidos para facilitar o entendimento da fase em que o migrante se encontra no processo de interiorização da Operação Acolhida. Dessa forma, foram estabelecidos 4 fluxos, cada um com uma particularidade, as quais serão caracterizadas a seguir. O fluxo 1 é o fluxo do migrante que está providenciando sua regularização no país para Residência Temporária ou Refúgio. Ele está seguindo a sequência das oficinas do PI Trg para sacar suas documentações (Protocolo PF, CPF, etc). Normalmente ele estará portando a cinta de controle das oficinas, entregue pelo PI Trg quando o migrante entra pela primeira vez.

Ao chegar na oficina 7 (Interiorização) ele dará início a confecção do seu Processo de Interiorização. Enquanto ele está nesse trâmite, ele é do fluxo 1 e sua destinação é o Alojamento BV-8. O fluxo 2 (abrigo-abrigo) é gerenciado pelo ACNUR. Eles controlam o número de migrantes no BV-8 e, frequentemente, conforme disponibilidade dos abrigos em Boa Vista, solicitam o apoio para transportar os migrantes deste fluxo para aquela cidade. Assim, preenchem a mesma lista padrão para solicitação de ônibus. Enviam a lista para o D12-PAC que, por sua vez, deverá enviar a solicitação ao D12, respeitando as 48hs de antecedência ao

GDH desejado para o apoio de transporte. Após solicitado o ônibus, cabe ao D12-PAC apenas confirmar, em D-1, junto a logística interiorização D12, o apoio solicitado. Havendo a confirmação, informa ao ACNUR e ao Ch PI Trg. O embarque será coordenado por um militar do PI Trg, juntamente com um agente do ACNUR.

Neste fluxo, o destino será um dos abrigos de Boa Vista, onde receberão suporte até a interiorização. Para que haja qualquer tipo de Interiorização, é exigida a montagem de um processo. Este processo consiste na juntada de documentações que servirão para checagem das condições do migrante, do seu receptor e das informações dadas por eles. Para montar o processo, utiliza-se o Sistema Acolhedor (o Exército desenvolveu um sistema paralelo chamado Guardiã, já que o ACNUR não disponibiliza os dados do Acolhedor).

Toda documentação deverá ser digitalizada e inserida neste Sistema. Assim que todo este processo estiver pronto os migrantes passam para o fluxo 3, aguardando a autorização para a viagem (Fitnes for Travel – FFT) e a data de viagem. Seu destino será o Abrigo Rondon V ou o ATM, onde receberão suporte até a interiorização. O controle deste fluxo é responsabilidade da AVSI, pois as vagas existentes no abrigo BV8 são destinadas aos migrantes em condições de vulnerabilidade. Neste abrigo, receberão suporte até a interiorização.

### 7.3 INTERIORIZAÇÃO – ETAPAS DE FORMA SIMPLIFICADA

A interiorização tem por finalidade socioeconômica avultar as possibilidades de inclusão de refugiados e migrante encontrados em situação de vulnerabilidade em Roraima, por meio do seu deslocamento voluntário e organizado pela FT Log Hum RR para outros estados e cidades brasileiros. A meta é interiorizar 3.320 migrantes/ mês e solicitantes de refúgio que se encontram no estado, com prioridade conferida aos acolhidos em abrigo geridos pelo Governo Federal com a colaboração do ACNUR.

Uma vez compreendida a necessidade de promover a interiorização, é fundamental entender como ela será operacionalizada. A ação compreende quatro etapas:

- 1) a preparação para o deslocamento;
- 2) o deslocamento para outra cidade;
- 3) o abrigo nas cidades de destino;
- 4) o estabelecimento de suporte para inclusão social e econômica na sociedade brasileira.

A exigência mínima é que todo deslocamento seja formalmente informado ao subcomitê de interiorização para monitoramento, cabendo à Célula de Interiorização (D12) este controle/acompanhamento. Este procedimento foi baseado em critérios já aplicados nos programas de retorno voluntário e de reassentamento ocorridos em crises humanitárias semelhantes anteriores.

#### 7.4 PREPARAÇÃO PARA A INTERIORIZAÇÃO

A preparação dos refugiados e migrantes para a interiorização começa com seu cadastramento, realizado pelo ACNUR. Após o estabelecimento em junho de 2018 da estrutura na fronteira do Brasil com a Venezuela, em Pacaraima, o cadastro tem sido realizado quando o venezuelano cruza a fronteira, no Posto de Triagem. Outro momento em que os refugiados e migrantes são cadastrados é quando passam a residir em um dos abrigos geridos pelo Governo Federal com a colaboração do ACNUR em Roraima.

No cadastro, constam informações como nome completo, nacionalidade, gênero, idade, nível de escolaridade, formação profissional, orientação sexual ou identidade de gênero, documentos brasileiros e imunização por vacinação, bem como informações acerca da condição migratória, condição em que a pessoa viaja (se sozinha ou acompanhada da família), o tamanho e composição da família, além de informações sobre vulnerabilidades. A partir desse cadastro, com base nos critérios de seleção de cada interiorização, são elaboradas as listas com os refugiados e migrantes que participarão da estratégia. É importante que os cadastros estejam sempre atualizados, de modo a registrar a condição mais atual do refugiado ou migrante com relação a seu perfil familiar, documentação, imunização e necessidades específicas de proteção.

Durante o cadastro, são concedidas ainda informações iniciais sobre a estratégia de interiorização. Os colaboradores do ACNUR e OIM prestam esclarecimentos acerca dos critérios de interiorização, deslocamento, frequência aproximada das viagens e modalidades (necessidade de apoio para transporte e abrigamento, laços familiares com pessoas em outras Unidade da Federação, vaga de emprego garantida) e se há interesse, por parte do refugiado ou migrante, de ser interiorizado.

Os critérios para participação na estratégia de interiorização são estabelecidos pelo Subcomitê de Interiorização, quais sejam:

a) estar devidamente documentado e regularizado no Brasil (solicitante de refúgio, refugiado ou residente), CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) (os dois últimos para pessoas em idade laboral);

b) estar imunizado;

c) ter assinado a Declaração de Voluntariedade, que atesta seu desejo de ser interiorizado e a concordância com as regras do processo;

d) estar clinicamente apto para a viagem. Constituem ainda critérios de priorização ser residente dos abrigos de Roraima geridos pelo Governo Federal, ACNUR e seus parceiros, a data da regularização migratória, dando-se prioridade aos que estão a mais tempo no Brasil.

Como cada abrigo de destino possui regras e condições próprias para acolhimento, esses parâmetros também são levados em consideração no momento de seleção dos refugiados e migrantes.

Nos abrigos em Roraima, são realizadas ações no intuito de promover as condições documentais necessárias para cumprimento dos critérios básicos estabelecidos pelo Subcomitê de Interiorização. As ações são realizadas em conjunto pelos Ministérios responsáveis pela documentação e pelo ACNUR, que organiza a ida dos venezuelanos não documentados aos órgãos nos quais os documentos podem ser emitidos (Superintendência Regional do Trabalho, Receita Federal e Polícia Federal). Se necessário, são realizados mutirões para acelerar o processo e não prejudicar aqueles que porventura ainda não tenham obtido seus documentos.

A emissão de documentos é feita pela Polícia Federal, em sua Superintendência Regional situada em Boa Vista. O CPF é fornecido pela Receita Federal tanto em sua Superintendência Regional quanto na da Polícia Federal. Protocolo de refúgio, documento de residência e CPF também estão sendo concedidos aos refugiados e migrantes no Posto de Triagem, em Pacaraima, que já entram no país devidamente documentados. Já a CTPS é emitida aos refugiados e migrantes no Centro de Referência de Atendimento aos migrantes - CRAI, situado na Universidade Federal de Roraima, em Boa Vista, ou na Superintendência Regional do Ministério do Trabalho. Havendo necessidade de aumento na emissão, novos locais para fornecimento da documentação requerida poderão ser adicionados à estratégia.

A cargo do Ministério do Trabalho também está o cadastro dos refugiados e migrantes no portal Emprega Brasil. O cadastro visa não apenas a registrar o seu perfil laboral, como também permitir que ele tenha acesso a vagas de emprego e que empresários tenham acesso a seu currículo, de maneira a aumentar sua empregabilidade.

A partir do funcionamento da estrutura de ordenamento da fronteira, os refugiados e migrantes que declaram o interesse em permanecer no Brasil e solicitam sua regularização migratória, são imunizados ainda no Posto de Identificação ou no Posto de Triagem.

No caso daqueles não imunizados, são feitos mutirões e ações para vacinação dos refugiados e migrantes acolhidos nos abrigos federais. Também são realizadas imunizações para refugiados e migrantes pré-selecionados para a interiorização, desde que respeitados os tempos necessários para a eficácia da vacina.

Conforme orientações do Ministério da Saúde são consideradas pré-requisito para que os refugiados e o migrante estejam aptos a participar da interiorização as vacinas tríplices viral (sarampo, caxumba e rubéola) e contra febre amarela. É necessário ainda que o refugiado ou migrante tenha recebido as vacinas com uma antecedência mínima de 14 dias da data da viagem, de modo a permitir a eficácia da vacina.

Para a realização da interiorização, cada refugiado e migrante selecionado é orientado sobre a sua cidade de destino (características, distância de Boa Vista e da Venezuela, clima, etc), condições e regras do abrigo que o acolherá (divisão dos quartos, regras de funcionamento, etc), etapas e condições do processo de interiorização como um todo (não garantia de oferta de emprego, como funciona a viagem, etc). A orientação é feita tanto em grupos, para aquelas informações mais gerais, quanto individualmente.

A Declaração de Voluntariedade, assinada pelo venezuelano interessado, é a parte do processo onde se atesta a vontade de participar da interiorização. Por meio dele, os refugiados e migrantes afirmam ter conhecimento da metodologia da estratégia, saber para qual cidade estão sendo transportados e estar de acordo com os critérios e condições do processo. Nessa declaração, está expresso ainda que os refugiados e migrantes têm conhecimento de que a estratégia não assegura vaga de emprego na cidade de destino, apenas moradia e alimentação por tempo determinado. Todo este processo é conduzido pela OIM, que com base nas assinaturas coletadas submete uma lista final de interessados voluntários ao Subcomitê para aprovação e seguimento para próxima etapa. Neste momento o beneficiário pode desistir do processo sem qualquer tipo de ônus.

Nos casos em que se verifiquem questões de gênero e/ou necessidade de proteção; todas as mulheres, em especial mulheres gestantes, mulheres com medida de proteção, mulheres vivendo com HIV/Aids, com deficiência e idosas, pessoas LGBTQIA+ (LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS) e sobreviventes de violência – selecionadas para interiorização participam de atividade de orientação segura, em que é

apresentada a rede brasileira de proteção aos direitos das mulheres, das pessoas LGBTQIA+ e dos direitos humanos, a legislação referente ao tema, além de promover um espaço para trocas e estabelecimento de vínculos entre as mulheres e LGBTQIA+ para estabelecimento de laços comunitários.

A atividade é executada pelo UNFPA, durante o processo de preparação para a interiorização, na mesa interagencial de apoio às fases de cadastro, seleção e participação voluntária ao processo de interiorização para identificar pessoas com necessidades específicas de proteção em contexto de vulnerabilidade social.

A mesa atuará simultaneamente ao processo, sem onerar custos e tempo, de forma a qualificar as informações do migrante voluntário na lista de pré-seleção e seleção final que deverá ser submetida e aprovada pelo Subcomitê de Interiorização.

Para finalizar a fase de preparação, a avaliação clínica chamada de “fitness for travel” (FFT) é realizada com no máximo 72 horas de antecedência da viagem de interiorização. Assim identificam-se empecilhos à viagem no que tange a higidez física do migrante. A FFT identifica também condições clínicas que exijam acompanhamento até seu destino final.

## 7.5 DESLOCAMENTO

O transporte é majoritariamente realizado “porta a porta”, com o refugiado e o migrante sendo acompanhados desde sua saída de Roraima até chegar ao abrigo de destino ou à residência que o acolherá, a depender das necessidades especiais e médicas dos beneficiários. O Governo Federal, em articulação com OIM, ACNUR e UNFPA, organiza a recepção nas cidades de destino, desde sua chegada no aeroporto ou base aérea, até o abrigo/ residência. Todo o deslocamento é acompanhado por servidores, principalmente dos Ministérios do Desenvolvimento Social, Justiça, Direitos Humanos, Defesa, além de agentes do sistema ONU, na medida da necessidade dos beneficiários; podendo ocorrer por modal aéreo através da Força Aérea Brasileira, voos comerciais e/ou por modal terrestre.

## 7.6 MODAIS DE INTERIORIZAÇÃO

Os modais empregados podem ser o rodoviário, aéreo e, atualmente, estão buscando uma alternativa para o modal aquaviário. No modal rodoviário, segundo relatório do D5 do 7º

Contingente, são empregados ônibus do Exército, no deslocamento Pacaraima - Boa Vista, Boa Vista - Manaus, traslado Aeroporto - Casa de Passagem e nos deslocamentos Capital - Interior até 150 Km.

Utiliza-se, também ônibus fretado pela FT Log ou OIM nos deslocamentos Pacaraima -Boa Vista, Boa Vista - Manaus e traslado Aeroporto - Casa de Passagem. Ainda nesse modal, é utilizado a compra de passagem (OIM) nos deslocamentos HUB - destino final acima 150 Km e deslocamentos interestaduais.

Baseados no mesmo relatório, no modal aeroviário são utilizadas aeronaves da Força Aérea Brasileira no deslocamento Boa Vista - HUB e Boa Vista - destino final (apoio FAB). Utiliza-se, também, aeronaves fretadas pela FT Log nos deslocamentos Boa Vista - HUB e Boa Vista - destino final. Utiliza-se, ainda, a compra de passagens (FT Log e OIM) nos deslocamentos Manaus - HUB e Manaus - destino final.

Por fim, há o acordo de cooperação, em que as empresas aéreas parceiras disponibilizam acentos vagos em seus voos nos deslocamentos Boa Vista - destino final, Manaus, destino final e HUB, destino final. Há, ainda, a alternativa de embarcação fretada para os deslocamentos Manaus - Belém e Manaus - Porto Velho, de acordo com o referido relatório.

Infere-se, de forma parcial, que a necessidade de apoio da Forças Armadas nesse eixo da Operação Acolhida segue sendo bastante intenso, havendo uma expressiva relação de dependência das agências internacionais, entes estatais e entes privados aos meios de apoio logístico das três Forças Armadas (3 FA), seja na função logística transporte, seja na função logística suprimento.

## **8 SITUAÇÃO ATUAL DO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS**

Segundo a Diretriz Para Criação dos Centros de Interiorização Regional – COTER – 2020, após 1 ano e 7 meses de Operação, verifica-se que a estrutura logística montada e o trabalho realizado em parceria com órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além de agências internacionais, organizações não governamentais, instituições da Sociedade Civil, coordenados Comitê Federal de Assistência Emergencial, proporcionou o ordenamento da fronteira, o acolhimento de 6.580 migrantes nos Abrigos de Pacaraima e Boa Vista, além de 1.200 venezuelanos nas estruturas montadas nas rodoviárias de Boa Vista e de Manaus.

Desde o início da Operação, mas precisamente, abril de 2018, mais de 89.645 migrantes foram interiorizados, em parceria com a Sociedade Civil, num processo que vem se

aperfeiçoando diariamente. No que se refere a entrada de migrantes no Brasil, em face da degradação da situação da República Bolivariana da Venezuela, o fluxo migratório continua num patamar considerável. Em 2018, registrou-se uma média diária de 500 migrantes, que vem se mantendo em 2019, não sendo possível visualizar um prazo para encerramento das atividades da Operação Acolhida (HONORATO, 2019).

Após o mês de junho de 2019, a Interiorização passou a ser ampliada de um efetivo médio mensal de 400 para quase 3.000 venezuelanos; contudo o processo ainda não está totalmente consolidado e necessita de aperfeiçoamentos. A interiorização, portanto, tornou-se o eixo mais relevante da Operação. Portanto, nota-se uma estabilização das atividades de Ordenamento da Fronteira e Abrigamento que, entretanto, podem vir a ser comprometidas caso a Interiorização não atinja a eficácia desejada. Para isso, é mister voltar o foco das atividades de apoio logístico das Forças Armadas para o eixo da Interiorização.

Exército, Marinha e Aeronáutica são dotados de características fundamentais para apoiar esse eixo. Possuem meios de transporte rodoviários, aéreos e hidroviários, de permanente prontidão e, principalmente, são dotadas de grande capilaridade em todo o território nacional, possuindo unidades militares em todos os rincões do País, com capacidade de executar as mais diversas funções logísticas para apoiar a Interiorização. Assim, fica evidente que este é um eixo de atuação bastante pertinente para o emprego das Forças Armadas.

## **9 ABRIGAMENTO NA CIDADE DESTINO**

### **9.1 ABRIGOS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS**

Para essa forma de interiorização, é necessário um trabalho prévio do governo federal com o apoio do ACNUR e da sociedade da cidade destino para o levantamento das vagas de abrigo disponíveis em outras Unidade da Federação (UF). Com essa finalidade, são realizadas reuniões de articulação política com autoridades dos estados, municípios, sociedade civil e ACNUR, nas quais são verificadas a capacidade e a disponibilidade de recebimento dos migrantes nas cidades de destino.

Nessa modalidade, os ministérios responsáveis pelos diversos serviços públicos, como saúde, assistência social, direitos humanos e educação, fazem a articulação com as redes de proteção local. A comunidade local também é envolvida para que preste apoio complementar aos refugiados e migrantes recém-chegados, formando uma rede de apoio comunitário. Além

de sensibilizar organizações a oferecer abrigos para receber os venezuelanos, o ACNUR tem financiado vagas em abrigos ampliando a capacidade da recepção dessas organizações.

O Ministério do Desenvolvimento Social e o ACNUR organizam, junto ao abrigo que receberá os refugiados e migrantes, a acolhida inicial. As coordenações dos abrigos que recebem os refugiados e migrantes devem elaborar um plano individual de atendimento, com o apoio da assistência social.

Para o acolhimento em abrigos federais, o trabalho prévio do governo federal apresenta algumas diferenças. Assim como no caso do acolhimento em abrigos estaduais e municipais, são realizadas reuniões com os governos locais e demais atores. Nesse caso, porém, o intuito é verificar a viabilidade de implantação de um abrigo sob gestão federal na respectiva cidade. Segundo o artigo de Kanaan (2021):

São diversos os arranjos possíveis para a implantação de um abrigo sob gestão federal, variando de acordo com as oportunidades e restrições de cada localidade. Essas possibilidades variam desde um abrigo no formato dos existentes em Roraima, em que a infraestrutura é mantida pelo Ministério da Defesa e a gestão realizada pelo ACNUR e seus parceiros, até uma estrutura de responsabilidades conjugadas e compartilhadas entre governo federal, estadual, municipal, sociedade civil e organismos internacionais (Kanaan 2021, p.23).

A configuração de cada local respeitaria as possibilidades de cada um dos atores, e o trabalho de articulação prévia é essencial para construção desses arranjos. Outra diferença apresentada entre os abrigos é relativa ao período temporal de ativação de cada modalidade, isto é, os abrigos geridos pelas diversas esferas governamentais são perenes e podem realizar o acolhimento durante diversos ciclos de interiorização, enquanto os geridos por entidades não governamentais caracterizam-se por serem temporários.

Ressaltando que em ambas modalidades se necessita a articulação das redes locais de políticas públicas, assim como o apoio da sociedade local, já que, além do abrigamento, a inclusão socioeconômica é tarefa primordial e envolve a cultura, educação, saúde e assistência social.

## 9.2 ABRIGAMENTO GERIDO POR ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAL OU POR ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA

Modalidade de interiorização realizada em conjunto com entidades não governamental ou por organização religiosa a qual oferecem abrigo na cidade de destino. Nesses casos, o Governo Federal proverá apoio para deslocamento, documentação e preparação para viagem, além de articulação das redes locais de serviço público (assistência social, saúde e educação).

A identificação dos possíveis beneficiários será realizada por organização não governamental ou vinculada à entidade religiosa entre os venezuelanos voluntários, mesmo entre não residentes dos abrigos públicos de Boa Vista, que os encaminhará para serem cadastrados pelo ACNUR.

Nesta modalidade de abrigamento abarca também, como beneficiários, os migrantes do público LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais e etc...) os quais enfrentaram situações de vulnerabilidade extrema, tal como violência doméstica ou sexual, tráfico de pessoas ou ameaças. Os beneficiários desse grupo deverão ter sido identificados pelo posto de triagem (P Trig) e estar já abrigados na Operação Acolhida em Roraima. Conforme Kanaan (2019) discorre o objetivo desta ação é:

[...] transferir este público de uma casa abrigo ou posto de triagem a outras casas abrigos em diferentes cidades do país, promovendo maior proteção e integração com a rede nacional de casas abrigos e rede de proteção (Kanaan, 2019, p. 24).

O referenciamento e gestão destes casos serão feitos pelas instituições que fazem a gestão das casas abrigo, ACNUR, UNFPA, e os Ministérios responsáveis (Direitos Humanos e Desenvolvimento Social). O transporte será via voos comerciais, de forma a permitir a chegada de pequenos grupos e indivíduos em cidades menores, assim como manter sua anonimidade.

Para famílias já interiorizadas anteriormente, pelas ações da Op Acolhida ou por meios próprios, há uma modalidade desenhada para elas; a Reunificação Familiar. Com o levantamento inicial da demanda desta modalidade feita pela ACNUR e articulação realizada pela OIM, o planejamento logístico do transporte até o destino final é feito pela célula de Logística de Interiorização, dentro da estrutura do D12. Vale salientar que há a necessidade de comprovação de vínculos, de residência e da disponibilidade de acolhimento entre o beneficiário desta modalidade e sua família acolhedora na cidade destino.

### 9.3 ABRIGAMENTO E INTERIORIZAÇÃO ASSOCIADA A VAGA DE EMPREGO SINALIZADA (VES)

Empresas interessadas na contratação de migrantes podem buscar a Superintendência Regional do Trabalho ou Sistema Nacional de Emprego (SINE) de sua cidade e fazer o cadastramento da vaga de trabalho, definindo o perfil e formação do venezuelano. A checagem da idoneidade da empresa e das vagas é feita pelo Ministério do Trabalho, conforme procedimento feito para todas as vagas cadastradas no portal “Emprega Brasil”. A partir dessas informações, será feita uma convocação para o perfil indicado, entre refugiados e migrantes situados em Roraima e cadastrados no portal supracitado, tendo como intermediador atores da sociedade civil parceiros da operação.

Será dada prioridade àqueles acolhidos nos abrigos federais, dada a situação de vulnerabilidade, contudo não será restrito àqueles. Poderão ser realizadas entrevistas e conversas preliminares por videoconferência entre as partes. Para tanto, poderá ser usada a sala de conectividade digital montada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços na Universidade Federal de Boa Vista. Uma vez selecionado, o migrante ou refugiado deverá assinar o contrato de trabalho ainda em Roraima.

A instituição intermediária que referencia os beneficiários articula e apoia no processo de entrevista e contratação. O transporte pode ser feito pela FAB ou voo comercial, com moradia temporária inicial custeada pela empresa. É importante que a viagem só ocorra após assinada a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e firmado o contrato, garantindo o respeito às condições acordadas entre as partes (salário, benefícios, funções). Toda a preparação para deslocamento e viagem ao destino é feita conforme o procedimento padrão descrito nas etapas necessárias para a interiorização.

Já que nesta modalidade o objetivo é possibilitar o transporte de migrantes e refugiados os quais possuam proposta de emprego em outra UF, a célula de interiorização (D12), desenvolve um procedimento onde sensibiliza empresas e indústrias ao redor do país, das quais mantém um banco de dados contendo os interessados em participar do plano, bem como as vagas disponibilizadas, além de manter banco de dados dos migrantes interessados na modalidade, de acordo com suas capacidades e experiências profissionais.

## 10 RESULTADOS ESPERADOS

Após o migrante venezuelano chegar ao seu destino final, após a interiorização, espera-se:

- a) Diminuição de venezuelanos em situação de rua em Pacaraima/RR e Boa Vista/RR;
- b) Ampliação da capacidade para interiorização;
- c) Ampliação do número de beneficiários da Operação com acesso às vagas de emprego remunerado;
- d) Integração das famílias/indivíduos beneficiados à comunidade brasileira;
- e) Promoção da autonomia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A intenção desta pesquisa foi divulgar ao público interno e a academia a complexidade que envolve a Operação Acolhida no que tange o processo de interiorização de migrantes (Residentes e Refugiados) provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade.

Esta complexidade foi caracterizada também pela necessidade de promoção da sinergia dos militares integrantes da célula D12 (responsável pela interiorização) com os Órgãos Governamentais (OG), Organismos Internacionais de Apoio Humanitário (OIAH) e Organizações Não Governamentais (ONG), portanto o conhecimento que foi apresentado pretendeu contribuir para a orientação e o entendimento por parte de militares voluntários a compor futuros contingentes daquela Operação, além de contribuir no fator motivacional. Ao militar no século XXI é imprescindível possuir a compreensão das nuances apresentadas em Operações de apoio a Órgãos Governamentais (OG), para tal foi apresentado nesta dissertação os desafios superados para mover pessoas e/ou famílias inteiras pela extensa dimensão territorial do Brasil, criando assim uma nova fonte de consulta para norteá-los.

Analisando a intenção da Força Tarefa, a qual discorre sobre se atingir o ordenamento da fronteira, havendo um fluxo migratório controlado, com todos os migrantes assistidos nos diversos abrigos, estando estes em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho brasileiro e com os voluntários podendo optar por participar do processo de interiorização; pretendeu-se atingir na conclusão desta pesquisa o entendimento de que o processo de interiorização dos migrantes venezuelanos é uma demanda urgente para o país, sendo este eixo da operação o mais empenhado atualmente, surge também a demanda de promover a vertente da interiorização à comunidade civil em diversas cidades do país, a fim de sensibilizar o empresariado para o tema.

Neste sentido, foi observado que o eixo da Operação Acolhida que as Forças Armadas têm sua atuação mais adequada no atual estágio de evolução dos acontecimentos é a realização da interiorização para as demais partes do país e isso ratifica o que foi analisado no corpo da pesquisa quando se verifica a redução da quantidade de abrigos que inicialmente eram 11 e agora são apenas 5 na cidade de Boa Vista-RR, ou seja, em tese a quantidade de migrantes a serem abrigados diminuiriam.

## **REFERÊNCIAS**

BERTINO, J. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXII, n. 43, jul./dez. 2014, p. 85-98.

BOTELHO, V. A. A crise humanitária venezuelana: os direitos dos refugiados e a nova lei de migração - Lei 13.445/2017. **Original Article: J Business Techn.** 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.1988.

BRASIL. **Medida Decreto Presidencial nº 820, de 15 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 fev. 2018. Seção 1, p.2.

BRASIL. **Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018**. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 fev. 2018. Seção 1, p. 3.

BRASIL. **Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018**. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 fev. 2018. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Operações Conjuntas** (Volumes 1, 2 e 3) – MD30-M-01. Brasília, DF. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas** – MD35-G-01. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Logística para Operações Combinadas**. MD34-M-01, 1ª Edição. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Doutrina Militar Terrestre**. EB20-MF-10.102, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Logística**. EB20-MC-10.204. 3ª Edição. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar**. EB70-MC-10.307, 1ª Edição. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Doutrina Logística Militar. MD42-M-02, 3ª Edição. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. **Instrução Normativa Nr 01/18, Emprego das Forças Armadas nas atividades logísticas para assistência humanitária no Estado de RORAIMA**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Força Tarefa Logística Humanitária. Plano Operacional – Operação Acolhida. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

CASTLES, S. Steven. Integration: mapping the field. **London: Home Office Immigration Research and Statistics Service**, 2002.

COMANDO MILITAR DO SUDESTE. **2ª Divisão de Exército**, 2019.

DUARTE, A. **O PAPEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO FRENTE À CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA NO ESTADO DE RORAIMA: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES “ACOLHIDA”, “CONTROLE” E “TUCUXI”**. Mestrado profissional em segurança pública, direitos humanos e cidadania. UERR. 2019

DUARTE, A. **Exército. Comando Militar do Sudeste**. 2º Divisão de Exército. Relatório de Preparo do 5º Contingente da Força Tarefa Logística Humanitária em Roraima. São Paulo, SP, 2019.

DUARTE, A. **Exército. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação**. Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

DUARTE, A. **Exército. Comando de Operações Terrestres**. Diretriz para criação dos Centros de Interiorização Regional (CIR). Brasília, DF, 2020.

DUARTE, A. **Exército. Comando de Operações Terrestres**. Diretriz de Planejamento Operação Militar Nr 03/18. Brasília, DF, 2018.

DUARTE, A. **Exército. Comando de Operações Logísticas**. Diretriz de Planejamento Operação Logística Nr 01/18. Brasília, DF, 2018.

DUARTE, A. **Exército. Comando de Operações Logísticas**. Lições aprendidas sobre evacuação de não combatentes no AMAZONLOG17. Brasília, DF, 2017.

DUARTE, A. **Exército. Comando Logístico**. Relatório AMAZONLOG17. Brasília, DF, 2018.

DUARTE, A. **Exército Brasileiro. Repositório de Conteúdo Digital do Amazonlog17**. Brasília, DF, 2017.

DUARTE, A. **Exército. Base de Apoio Logístico do Exército**. Diretriz do Cmt B Ap Log Ex. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

DUARTE, A. **Exército. Comando de Operações Terrestres**. Compêndio Nº 001 - Operação Acolhida. Brasília, DF, 2019.

EVANGELISTA, R L S. **Os reflexos da imigração Venezuelana: perfil dos migrantes, segurança pública e saúde pública**. Roraima, 2017.

FILHO, M. C. F.; FILHO, E. J. M. A. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FRANCHI, T. **O Impacto da Crise Venezuelana sobre o Brasil**, ESG, 2017.

FRANCHI, T. **Operation Acolhida: The Brazilian Armed Forces' Efforts in Supporting Displaced Venezuelans**. 2019. <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Online-Exclusive/2019-OLE/Jan/Franchi/> Acesso em: 02 fev. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HONORATO, F. G. F. **Os desafios logísticos da Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima para o acolhimento dos venezuelanos**, ECEME, 2019.

JÚNIOR, S. J. A operação acolhida e a imigração venezuelana em Roraima. **Manhuaçu: Revista Pensar Acadêmico**, v. 17, n. 3, p. 430-447, set/dez.2019, p. 433.

KANAAN, G. OPERAÇÃO ACOLHIDA: A MAIOR OPERAÇÃO CONJUNTAINTERAGÊNCIAS E DE NATUREZA HUMANITÁRIA NO BRASIL. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, [s. l.], v. 7, ed. 18, p. 10-29, 30 jun. 2019.

KUHLMAN, T. The Economic Integration of Refugees in Developing Countries: A Research Model. **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 4, n. 1, 1991, p. 1-20

MINAYO, M. C. (2014). **Apresentação**. In R. Gomes, **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Instituto Sírio Libanes.

MONTEIROO, S. **54% dos venezuelanos que entraram no Brasil por RR desde 2017 já deixaram o país, diz ministro** [2018]. Disponível em: [g1.globo.com/rr/roraima/noticia/54-dos-venezuelanos-que-entraram-no-brasil-por-rr-desde-2017-ja-deixaram-o-pais-diz-ministro.ghtml](http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/54-dos-venezuelanos-que-entraram-no-brasil-por-rr-desde-2017-ja-deixaram-o-pais-diz-ministro.ghtml) Acesso em: 30 de Ago. de 2023.

OLIVEIRA, G. A. G. **A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela**. 2018.

SOUZA, L. A. **Uma análise do processo decisório, do planejamento e da execução da operação acolhida**. Rio de Janeiro, 2019, p. 17.

VAZ A. C. **A Crise Venezuelana como Fator de Instabilidade Regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços**. São Paulo: Editora, 2017.